

2015

Relatório e Contas



BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

ÍNDICE

MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA	4
1. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO	6
2. O BANCO MAIS	8
ÓRGÃOS SOCIAIS	9
COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	9
3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	14
ECONOMIA INTERNACIONAL	14
ECONOMIA MOÇAMBICANA	15
TAXAS DE JURO	21
EVOLUÇÃO CAMBIAL	23
SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO	23
4. PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO	28
CORPORATE E INSTITUCIONAIS, PRIVATE BANKING	28
PARTICULARES E NEGÓCIOS	29
SALA DE MERCADO E TESOURARIA	29
5. ACTIVIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO	31
COMUNICAÇÃO E IMAGEM	31
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	32
COMPLIANCE	33
JURÍDICO	34
CRÉDITO	34
RISCO	35
OPERAÇÕES	35
RECURSOS HUMANOS	36
6. ANÁLISE FINANCEIRA	39
NOTAS INTRODUTÓRIAS	39
EVOLUÇÃO DO BALANÇO	39
RESULTADOS E RENTABILIDADE	41
7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS	46
8. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO	104
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	104
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2015	107





BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS



MENSAGEM CONJUNTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EXECUTIVA

Estimados Clientes e Prezados Acionistas do **Banco MAIS**,

O exercício económico de 2015 ficará marcado na história desta instituição como um ano de crescimento acelerado e sustentado do seu volume de negócios, quer na componente de recursos como na componente de empréstimos, por desembolso e garantias e também como um ano de grande reestruturação interna e forte investimento.

No que respeita ao volume de negócios, o **Banco MAIS** foi a instituição que mais cresceu no sistema financeiro moçambicano: 2.071% nos recursos e 487% nos empréstimos, foi o quarto Banco que ganhou mais quota de mercado e o primeiro em termos de crescimento percentual. De referir que o sistema bancário cresceu 24% em depósitos e 21% em empréstimos, o que demonstra o forte crescimento verificado em 2015.

Este crescimento é mais significativo quando enquadrado com a evolução económica mundial e moçambicana. A descida dos preços das *commodities* teve um impacto significativo nas exportações de Moçambique, que levou a uma diminuição das reservas internacionais e ao abrandamento da economia moçambicana, originou o atraso do projecto de gás no norte do país, a não concretização das expectativas criadas com os projectos ligados ao carvão, a instabilidade política e a redução do investimento directo estrangeiro. Todos estes factores estão associados às medidas tomadas pelo Banco Central, como o aumento das reservas obrigatórias, o aumento das taxas directoras e a alteração da lei cambial, as quais tiveram um forte impacto na actividade dos bancos.

Para o Banco MAIS, o ano ficará também marcado pelo investimento na total modernização dos sistemas tecnológicos, com a substituição dos sistemas de produção e redundância e pela migração para a última geração do sistema da Exictos, o sistema 3G, assim como pela remodelação de cinco Unidades de Negócios e pelo início da reabilitação de um novo espaço na Av. Julius Nyerere, em Maputo, para a abertura de uma nova Unidade de Negócios para o mercado *corporate e private*.

No domínio dos recursos humanos, foram contratados novos colaboradores em 2015, com forte experiência e conhecimento do mercado, de forma a reforçar e fortalecer, quer as equipas comerciais, quer as equipas técnicas de suporte. Foi também realizada a primeira reunião de coordenação com todos os colaboradores com o intuito de apresentação da nova estratégia e dos produtos do Banco e fortalecer o espírito de equipa.

Do ponto de vista técnico, o Banco MAIS passou a contar com uma sala de mercados equipada com o sistema da Reuters, passou a operar no MMI e MCI e iniciou as suas atividades fora de fronteiras, com o estabelecimento de parcerias com bancos correspondentes.

Os Accionistas tiveram um papel importante, ao aprovarem a nova estratégia do banco e ao aumentarem o capital de 333.365.690,00 MT para 434.891.120,00 MT, o que permitiu reforçar a estrutura de capitais e suportar os investimentos para a necessária reestruturação e relançamento comercial do Banco.

O Banco irá continuar a sua estratégia de banco especializado no segmento *corporate* com a prestação de serviços de elevada qualidade e rapidez de resposta, e com produtos e serviços adequadas às necessidades financeiras dos seus clientes.

O Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva querem agradecer a todos os Clientes pela confiança depositada no Banco MAIS, a todos os Colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados durante 2015 e aos Accionistas pelo suporte à equipa de gestão, à estratégia seguida e pela dedicação e tempo despendido durante este ano de tão grandes mudanças.

O Presidente do Conselho de Administração

O Presidente da Comissão Executiva

1. PRINCIPAIS INDICADORES DE GESTÃO

Valores em Meticais

Indicadores	2 015	2 014	Var.	
			Valor	%
Financeiros (Balanço)				
Activo Total	1 064 943 376	266 973 811	797 969 565	298,89%
Créditos à Clientes(Líquido)	567 879 197	92 443 771	475 435 426	514,30%
Recursos de Clientes	871 199 452	40 041 013	831 158 439	2075,77%
Capital Social	434 891 130	333 365 690	101 525 440	30,45%
Capital Próprio	135 053 741	135 842 800	-789 059	-0,58%
Económicos (Demonstração de Resultados)				
Margem Financeira	32 443 774	2 512 984	29 930 790	1191,05%
Margem Complementar	24 623 507	336 798	24 286 709	7211,06%
Produto Bancário	57 067 281	2 849 782	54 217 499	1902,51%
Resultado Antes de Impostos	-102 631 222	-65 453 722	-37 177 500	56,80%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	-75,99%	-48,18%	-27,81pp	
Rendibilidade do Activo Total	-9,64%	-24,52%	14,87pp	
Qualidade do Activo				
Imparidade Acumulada	10 924 721	7 120 183	3 804 538	53,43%
Crédito Vencido/Crédito a Clientes(Bruto)	1,5%	5,4%	-3,90pp	
Imparidade Acumulada/Crédito Vencido	125%	132%	-7,07pp	
Rácio de Transformação	66%	249%	-182,21pp	
Rácio de Solvabilidade	15,76%	86,90%	-71,14pp	
Produtividade/Eficiência				
Gastos Operacionais	137 600 315	68 691 098	68 909 217	100,32%
FSE	60 572 531	36 777 241	23 795 290	64,70%
Gastos com Pessoal	77 027 784	31 913 857	45 113 927	141,36%
Gastos Operacionais/Activos Totais	12,92%	25,73%	-12,81pp	
Gastos com Pessoal/Produto Bancário	134,98%	1119,87%	-984,89pp	
FSE/Produto Bancário	106,14%	1290,53%	-1.184,38pp	
Outros Indicadores				
Número de Colaboradores	55	43	12	27,91%
Unidades de Negócios	7	7	0	0,00%

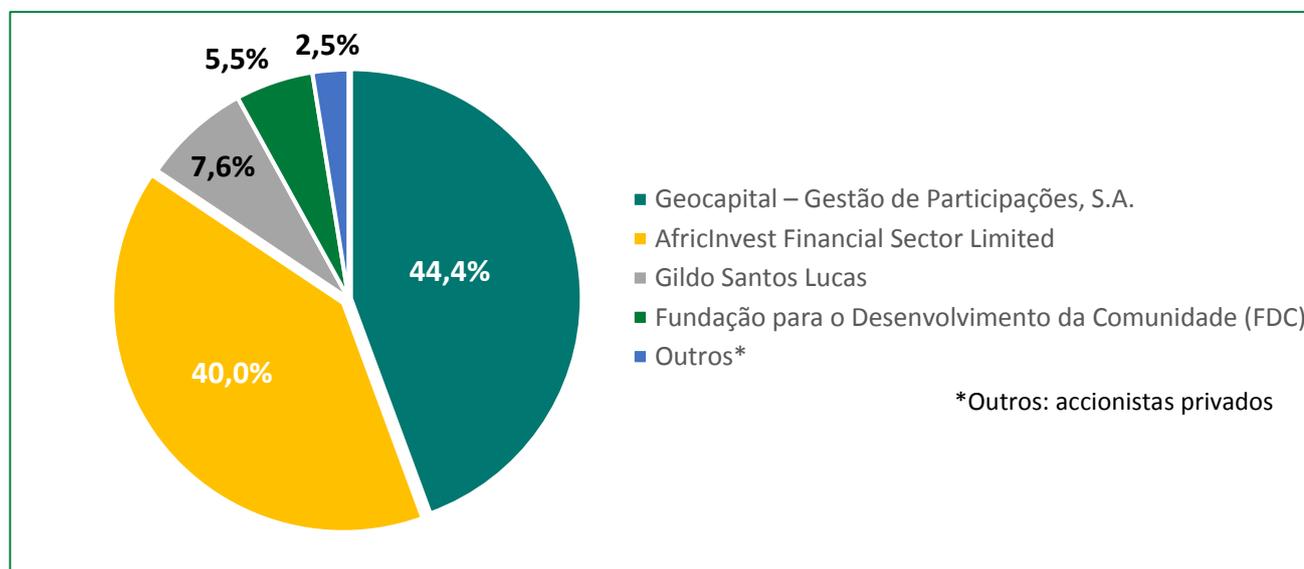


2. Apresentação do Banco MAIS

2. O BANCO MAIS

O Banco MAIS é um banco focado no segmento empresarial que presta um serviço completo de banca comercial aos seus clientes, através das suas sete Unidades de Negócios repartidas pelo País.

Em 2015, o Banco MAIS reforçou os seus capitais próprios através de dois aumentos de capital, integralmente subscritos e realizados pelos seus principais acionistas, passando de 333.365.690,00 MT (trezentos e trinta e três milhões, trezentos e sessenta e cinco mil e seiscentos e noventa Meticais) para 434.891.120,00 MT (quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa um mil e cento e vinte Meticais), representado por 43.489.112 (quarenta e três milhões, quatrocentas e oitenta e nove mil e cento e doze) acções, distribuídas do seguinte modo:



A **Geocapital – Gestão de Participações, S.A.** e a **AfricInvest Financial Sector Limited**, que entraram na estrutura accionista do Banco em 2014, são entidades com um forte conhecimento e experiência na gestão de instituições financeiras em África. Desenvolveram ao longo dos anos uma rede de parceiros internacionais de relevo, facilitando as ligações a Portugal, China, Macau, Hong-Kong, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Tunísia e França.

A **Geocapital** construiu uma rede de relações privilegiadas no contexto da sua actuação no quadro do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A **AfricInvest** tem merecido a distinção de um relacionamento muito especial com a IFC do Banco Mundial, o Banco Europeu de Investimento, o African Development Bank, a Agência de

Desenvolvimento Francesa e o Banco de Desenvolvimento da Holanda.

A FDC – **Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade** é uma instituição privada sem fins lucrativos com uma forte presença em Moçambique desde 1994, que visa fortalecer as capacidades das comunidades desfavorecidas com o objetivo de vencer a pobreza e promover a justiça social em Moçambique. As principais áreas de atuação da FDC são a educação, saúde, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar, género e ambiente.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais do Banco MAIS compreendem: a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Fiscal Único. Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos na Assembleia Geral de 03 de Junho de 2014. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva e o seu Presidente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<p>PRESIDENTE Gildo Santos Lucas</p> <p>VICE-PRESIDENTE Lourenço Uate</p>	<p>PRESIDENTE Narciso Matos</p> <p>VICE-PRESIDENTE Diogo Lacerda Machado</p> <p>VOGAIS Luis Veloso de Almeida Anselmo Cunhete Jean-Luc Labonté Christian Lim Joel Sibrac</p>
COMISSÃO EXECUTIVA	FISCAL ÚNICO
<p>PRESIDENTE Luís Veloso de Almeida</p> <p>ADMINISTRADORES EXECUTIVOS Anselmo Cunhete Jean-Luc Labonté</p>	<p>DELOITTE & TOUCHE (Moçambique) LDA</p>

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O Conselho de Administração é composto por sete membros que efectuam o acompanhamento geral do Banco, definem as estratégias de actuação e deliberam sobre as matérias mais relevantes para o desenvolvimento do Banco.

As reuniões do Conselho de Administração realizam-se trimestralmente e, ao longo de 2015, realizaram-se quatro reuniões presenciais. O Conselho de Administração rege-se de acordo com os Estatutos e com um regulamento próprio.

COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por três administradores executivos, designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco.

As reuniões da Comissão Executiva realizam-se, no mínimo, duas vezes por mês e sempre que sejam convocadas pelo seu Presidente.

Ao longo de 2015, a Comissão Executiva implementou, sob a sua supervisão, estruturas, controlos e processos com vista a assegurar e monitorizar as actividades do Banco, quer as de gestão corrente quer as de valor estratégico para a organização. Instituiu novos Departamentos que, em conjunto com os Órgãos Colegiais, asseguraram a monitorização das várias áreas organizacionais.

Órgãos Colegiais: Comité de Coordenação, Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco, Comité de Crédito, Comité de Negócios, Comité de *IT* e Comité de Recursos Humanos.

Comité de Coordenação: O Comité de Coordenação, que se realiza mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis dos departamentos. Tem como função avaliar, em termos globais, o desempenho das actividades do Banco, identificar os pontos de estrangulamento e definir planos de actuação interdepartamental com vista a alcançar as metas definidas.

Comité de Gestão de Activos e Passivos: O Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) tem uma periodicidade mensal e é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis dos Departamentos de Tesouraria e Mercados, Gestão de Risco e Planeamento e Controlo. O Comité avalia, mês a mês, a evolução da conta de exploração do Banco, identificando eventuais desvios de liquidez, de taxas de juro e de taxas de câmbio.

Comité de Crédito: O Comité de Crédito realiza-se semanalmente e é constituído pelo do Departamento de Crédito, Departamento Comercial, Departamento de Gestão de Risco, Departamento Jurídico e membros da Comissão Executiva. Tem como funções deliberar sobre as operações de crédito a clientes e acompanhar a evolução da qualidade da carteira de crédito.

Comité de Gestão de Risco: O Comité de Gestão de Risco, realizado mensalmente, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento de Gestão de Risco, Crédito e Planeamento e Controlo. Tem como função monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Banco, zelando pelas políticas, metodologias e procedimentos de avaliação e controlo de todos os tipos de risco, bem como analisar a eficácia do processo de gestão de riscos.

Comité de Negócios: O Comité de Negócios, que tem periodicidade mensal, é constituído pelos membros da Comissão Executiva e pelos Responsáveis do Departamento Comercial e Marketing. Tem como função fazer o acompanhamento das iniciativas de âmbito comercial, propondo estratégias de actuação conducentes à aceleração da evolução do negócio de cada segmento de Clientes.

Comité de IT: O Comité de *IT - InformationTechnology* realiza-se mensalmente e o seu quórum é constituído pelos membros da Comissão Executiva, pelos Responsáveis de Departamentos e de Projectos em curso. Tem como função a priorização, orçamentação e o acompanhamento de todos os projectos estruturantes, enquadrados no âmbito de IT.

Comité de Gestão de Recursos Humanos: O Comité de Gestão de Recursos Humanos é de periodicidade mensal, é constituído pela Comissão Executiva, e pelo responsável do Departamento de Recursos Humanos. Tem como principal função a definição, decisão e acompanhamento das políticas de Recursos Humanos do Banco, para apoio à eficiência Operacional e de Negócio.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco e analisar a contabilidade;

- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

Este cargo é desempenhado pela empresa de Auditoria DELLOITE & TOUCHE (Moçambique) LDA.

AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Ernst & Young, Lda. O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.



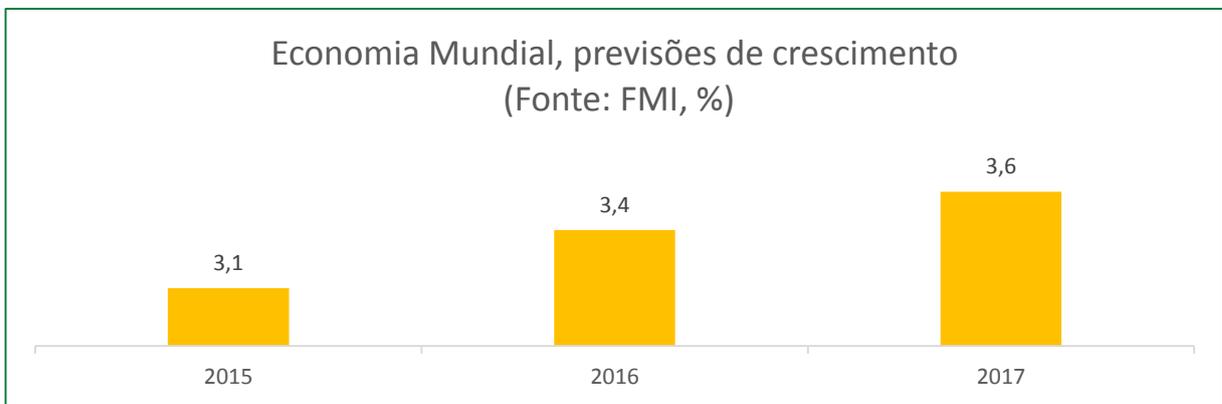
3. Enquadramento Macroeconómico



3. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

A economia mundial apresentou um desempenho misto em 2015, registando-se uma fraca actividade económica global, com sinais de recuperação modesta nas economias avançadas, liderada pelos EUA, não obstante a economia americana ter desacelerado no último trimestre de 2015, ao crescer apenas 0,7%, devido essencialmente a uma desaceleração da despesa dos consumidores e do investimento. No ano de 2015, o PIB dos EUA manteve um crescimento homólogo de 2,4% pelo segundo ano consecutivo, em boa parte suportado pelo aumento mais expressivo da última década da despesa dos consumidores.



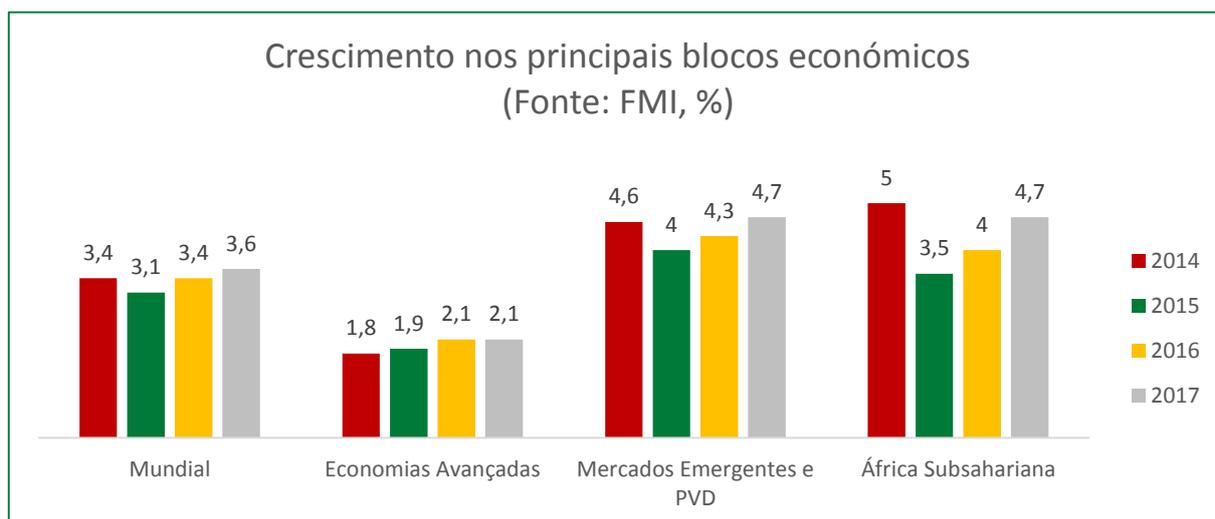
O Fundo Monetário Internacional estima que o crescimento dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento tenha caído pelo quinto ano consecutivo para 4% em 2015, de 4,6% em 2014. Na África Subsaariana, estima-se que o crescimento tenha caído de 5% em 2014 para 3,5% em 2015.

Um conjunto de variáveis marcou o ano 2015, com os preços das *commodities* a manter a tendência decrescente que iniciou na segunda metade de 2014, com o reforço do fortalecimento do dólar norte americano e o registo de uma maior volatilidade nos mercados financeiros.

Esta evolução ocorreu num contexto em que a China está a reestruturar o seu modelo de crescimento, de uma forte base industrial e de exportações para um maior foco no consumo e no sector de serviços e também de contração económica do Brasil e da Rússia.

A economia chinesa registou um crescimento homólogo de 6,8% no último trimestre de 2015 e de 6,9% no ano e 2015, em linha com o objectivo de 7%, mas ainda assim o nível mais baixo desde 1990.

No plano geral, o desempenho económico mundial foi fraco, mas os bancos centrais continuaram a injectar liquidez, os preços do petróleo caíram novamente e a inflação foi moderada.

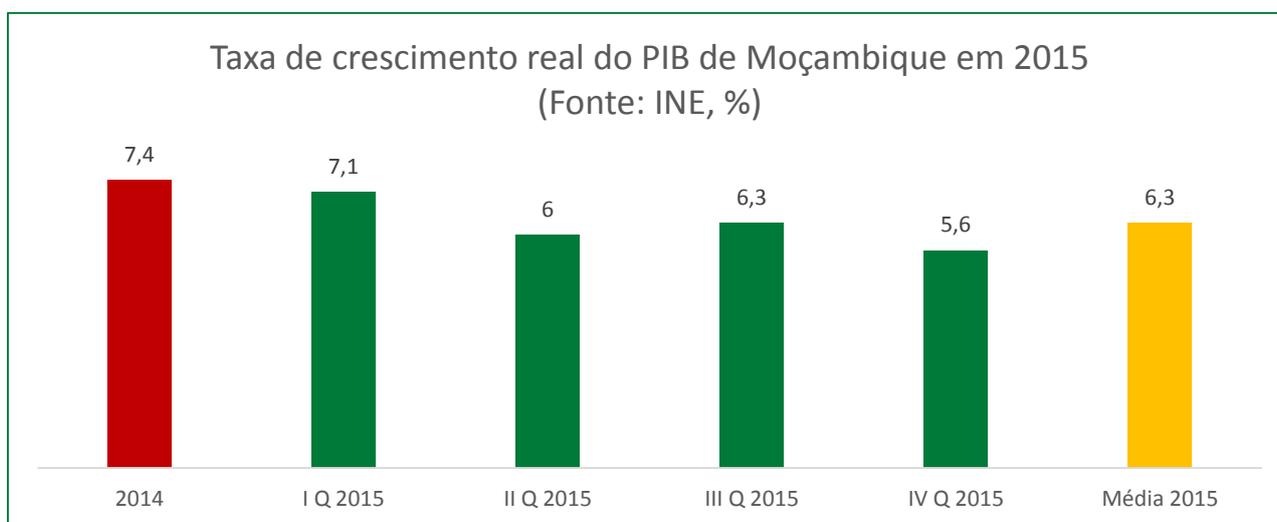


ECONOMIA MOÇAMBICANA

Moçambique mantém-se entre os países que apresentam níveis de crescimento mais promissores a nível mundial, tendo em conta as suas grandes reservas de alguns recursos naturais que são críticos para o desenvolvimento económico mundial, como o gás e o carvão. O projeto que actualmente é mais proeminente é o do gás natural liquefeito (LNG). O Fundo Monetário Internacional estima que a concretização deste investimento levará a uma taxa média anual de crescimento do PIB de 24%, entre 2021 e 2025. As receitas fiscais de todo o projeto estimadas até 2045 são de 500 mil milhões de dólares. São previsões com alguns pressupostos e dependentes dos preços internacionais, mas a sua escala elucida o potencial que este projeto representa para um dos países mais pobres de África.

As previsões de várias organizações internacionais apontam para uma taxa média de crescimento da economia de Moçambique na casa dos 6,5% a 7% nos próximos anos, bem acima das estimativas para a economia mundial, que cresceu 3,1% em 2015 e deverá progredir 3,4% e 3,6% em 2016 e 2017, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional.

As perspetivas de médio prazo são positivas a vários níveis, mas o contexto económico em 2015 foi adverso neste caminho para criar melhores condições sócio-económicas para os moçambicanos, fruto de factores externos e internos que condicionaram as políticas públicas e as decisões de investimento. A grande desvalorização do metical face ao dólar e a consequente mudança de política monetária, a quebra significativa dos preços das matérias primas de exportação e a indecisão sobre alguns grandes investimentos, que reduziram o investimento directo estrangeiro, contribuíram em 2015 para a criação de um contexto desafiante para uma economia frágil como a moçambicana.



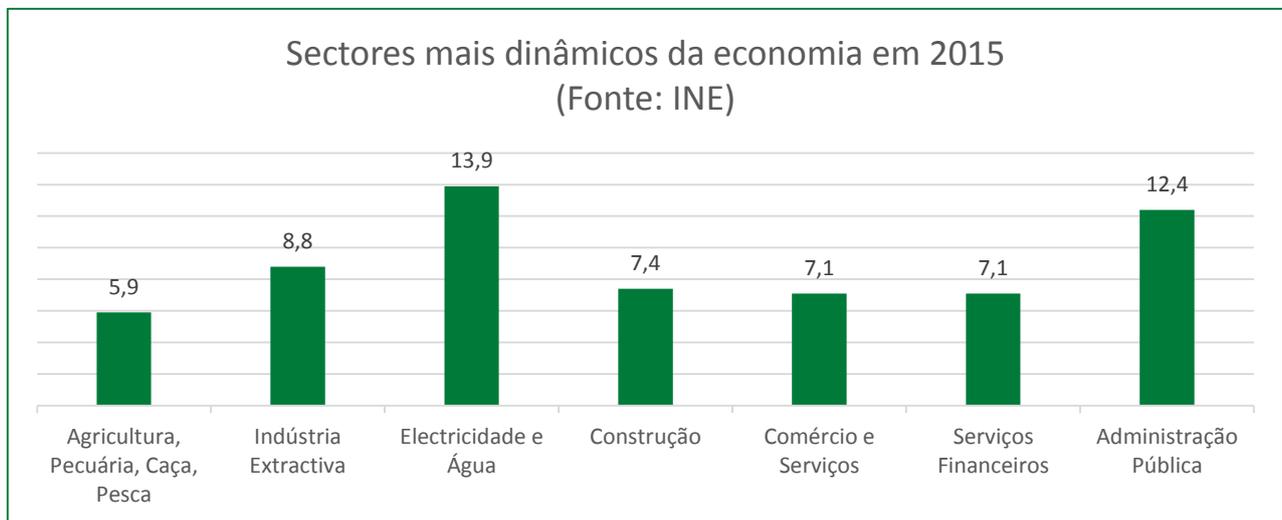
O ano de 2015 foi efectivamente caracterizado por uma conjuntura económica e financeira adversa, destacando-se o agravamento do nível de inflação anual, a depreciação do metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, o aumento do serviço da dívida pública externa, a redução da ajuda externa no apoio ao orçamento do Estado, o abrandamento do investimento directo estrangeiro, com a consequente desaceleração da actividade económica.

Esta evolução resulta da combinação de factores domésticos e externos, nomeadamente a forte depreciação do metical face ao dólar e outras moedas estrangeiras, as incertezas sobre a situação político-militar do país e sobre as questões que colocam em causa a boa gestão dos bens e fundos públicos, a desaceleração do investimento directo estrangeiro que, nos últimos anos, serviu de alavanca para o crescimento da economia e estabilidade cambial. A queda dos preços das *commodities* nos mercados internacionais (principalmente do gás, carvão, areias pesadas e alumínio), afectou substancialmente as receitas de exportação arrecadadas pelo país, e por

consequência resultou na diminuição de disponibilidade de divisas no mercado.

O produto interno bruto (PIB) de Moçambique registou um crescimento homólogo anual de 6,3% em 2015, uma desaceleração face ao crescimento de 7,4% em 2014, segundo dados do INE. No quarto trimestre, a expansão homóloga foi de 5,6%, menos 0,7 pontos percentuais face a igual período anterior.

Este comportamento reflecte o efeito das calamidades naturais (cheias e seca) com impacto no sector agrícola, a desaceleração do fluxo de investimento directo estrangeiro, a queda das receitas externas e a consequente desvalorização cambial.



O desempenho da actividade económica em 2015 é atribuído em primeiro lugar ao sector secundário, que cresceu 8,5%, com maior destaque para o ramo da Electricidade e Água com 13,9%, seguida dos ramos da Construção com 7,4%.

Ocupa a segunda posição o sector primário com um crescimento de 6,6%, induzido pelo ramo da indústria de extracção mineira, com um crescimento de cerca de 8,8%. O sector terciário também registou um crescimento positivo na ordem de 5,9%, impulsionado pelos ramos financeiro, comércio e serviços de reparação, ambos com 7,1% cada e pela Administração Pública com 12,4%.

O ramo da Agricultura, pecuária, caça, silvicultura, actividades relacionadas e Pesca, teve maior participação na economia em 2015, com um peso no PIB de 23,2%, seguido dos ramos dos Transportes,

armazenagem e actividades auxiliares dos transportes, e Informação e Comunicações com uma contribuição conjunta de 12,1 %. Ocupa o terceiro lugar o ramo do Comércio e serviços de reparação com 11%, seguido do ramo da Indústria transformadora, com um peso de 8,9%, Aluguer de imóveis e serviços prestados às empresas e Educação, ambos com 6,8% cada. Os restantes ramos de actividade em conjunto tiveram um peso de 24,6%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de Moçambique, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, indica que o país fechou 2015 com uma inflação anual de dois dígitos, 10,6% em variação homóloga anual, o que representa um máximo de 51 meses, mas com uma média ainda a um dígito, de 3,6%, prevendo-se uma convergência para cima ao longo do ano. A forte inflação mensal em Dezembro, de 4,8% (homóloga mensal face a Novembro) foi determinante para esta subida, o que traduz essencialmente o efeito da depreciação do metical no último trimestre de 2015, que resultou no aumento do custo dos produtos importados, incluindo bens alimentares, e obrigou o Governo a permitir o aumento de alguns dos preços fixados administrativamente, como o caso do pão, electricidade e água.

No plano do comércio internacional, foi crítico para a economia moçambicana em 2015 a descida generalizada dos preços das matérias primas, de cuja exportação o país depende, enquanto componente essencial do rendimento nacional e para a obtenção de divisas. A desaceleração da economia chinesa e, sobretudo, o seu novo modelo de desenvolvimento, ditaram uma quebra substantiva da procura de *commodities* e dos respetivos preços.

Esta baixa de preços não só reduziu substancialmente as receitas da exportação de Moçambique como levou algumas empresas a questionar investimentos em prospeção e ou exploração efectiva de novos recursos. A mais notada destas indecisões foi a pausa nos investimentos no gás natural liquefeito (LNG), energia da qual Moçambique tem as terceiras maiores reservas do mundo. Já em 2016, os líderes destes investimentos deram sinais de que os investimentos são para continuar.

Em 2015, o índice geral de preços de *commodities* caiu 35,3%, quando em 2014 tinha perdido 6,3% e no ano precedente esteve praticamente estável, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística. Em 2015, este índice foi muito influenciado pela quebra de 44,9% dos preços do fuel, pela descida do índice de preços dos

metais (23%) e pela redução de quase 20% do índice de preços das matérias primas industriais.

O impacto deste movimento nas exportações do país foi significativo, uma vez que algumas das suas principais exportações registaram grandes reduções em valor em 2015, com destaque para a quebra de 27,9% do preço do alumínio (31% das exportações no quarto trimestre de 2015) e a descida de 18% do preço do carvão (15% das exportações no mesmo período).

A natureza das principais exportações do País, sobretudo *commodities* cujo preço é fixado fora de Moçambique, impediu que a desvalorização cambial pudesse ser aproveitada para melhorar a competitividade das exportações. Inversamente, as importações, muitas das quais não têm alternativas para ser substituídas por produção interna, registaram uma grande resiliência, tendo aumentado 24% em 2015.

Dados reportados aos primeiros nove meses de 2015, mostram que o défice da conta corrente da balança de pagamentos do país, excluindo as transações dos grandes projectos, agravou-se relativamente a igual período de 2014 em 33,8%, para 3.657 milhões de dólares, reflectindo basicamente a redução das transferências correntes para o Estado em cerca de 522,3 milhões de dólares e o agravamento do défice da conta de bens em cerca de 11,6%, como consequência da redução dos preços das mercadorias no mercado internacional e do aumento das importações.

Esta evolução desfavorável da balança de pagamentos levou o Governo moçambicano a solicitar ao FMI um empréstimo de 282,9 milhões de dólares no final de 2015, para fazer face a estes problemas, resultantes da escassez de entrada de divisas.

Este conjunto de factores adversos e muitos deles exógenos explicam que a economia moçambicana tenha crescido em termos reais 6,3% em 2015, face a uma previsão inicial do Governo de 7,7%.

Para 2016, o Governo prevê que o PIB cresça em termos reais 7% e que a inflação se situe nos 5,6%.

De realçar que a desvalorização generalizada face ao dólar das moedas dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento originou um abrandamento também generalizado nessas economias. Na proximidade de Moçambique, a África do Sul,

seu importante parceiro de trocas comerciais, registou em 2015 um abrandamento da sua atividade económica para 1,3%, face a 1,5% em 2014. Segundo o FMI, o ano de 2016 vai ser de crescimento ainda mais baixo neste país, 0,7%, só retomando em 2017 um crescimento de 1,8%.

Estimativas do FMI indicam que as economias da África Subsaariana terão crescido 3,5% em 2015, contra 5% em 2014. As mesmas previsões esperam crescimentos de 4% e 4,7% nesta região, respetivamente em 2016 e 2017.

Em matéria de previsões, a Associação Moçambicana de Bancos (AMB) aponta para um crescimento da actividade económica em 2016 em torno de 6% (abaixo das projecções do Governo e do FMI), “tendo em consideração os riscos prevaletentes da conjuntura doméstica e internacional nomeadamente, a seca que afectou as regiões sul e centro, as cheias na região norte do país, com impacto ao nível das cadeias de valor do sector produtivo (agricultura, pecuária), a persistente tensão político-militar, a queda dos preços internacionais das mercadorias que o país exporta, atrasos no arranque das actividades dos projectos de gás natural na bacia do rovuma, arrefecimento do motor de crescimento nas economias de mercados emergentes (China, Brasil, Rússia, Índia)”.

Ainda de acordo com a AMB, “o ano de 2016 aponta para um ciclo de mudança no ambiente macroeconómico em Moçambique. Entre os riscos da conjuntura doméstica, destaca-se a instabilidade política, a quebra na produção de bens e serviços resultante da seca e cheias, a continuidade de ajustamento de outros preços administrados, a persistente depreciação do metical e o risco reputacional em face de revisões em baixa da notação financeira do país. É fundamental para a economia nacional que os resultados das decisões políticas se traduzam numa solução governativa estável para o país”.

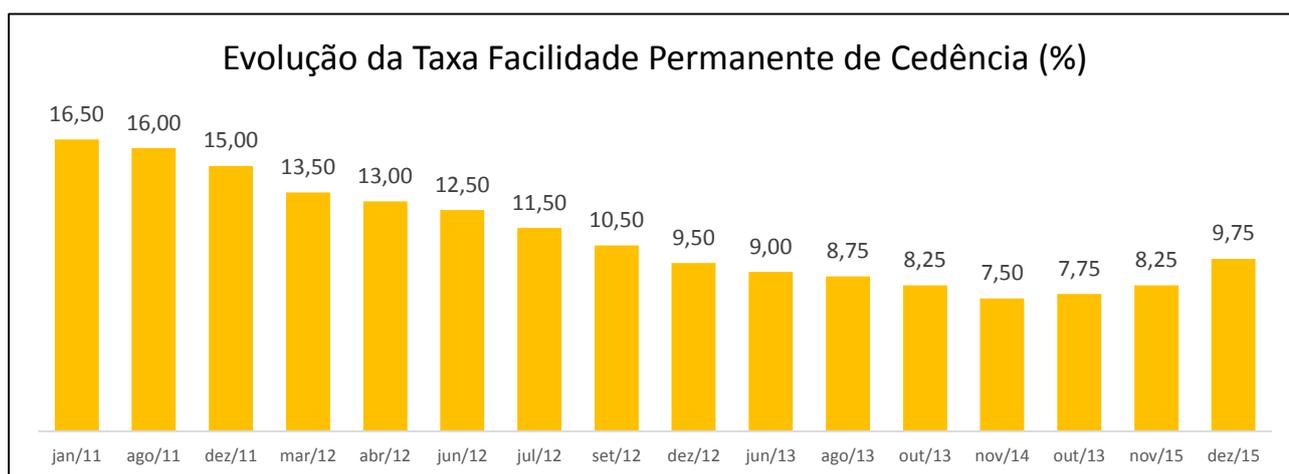
O Relatório de Desenvolvimento Humano publicado em Dezembro pela ONU indica que Moçambique continua com um dos índices de desenvolvimento humanos (IDH) mais baixos do mundo, ocupando a posição 180 em 188 economias. Esta posição no *ranking* reflecte a combinação de um baixo PIB per capita com fracos indicadores de saúde e educação. Apesar do forte crescimento do PIB – acima de 7% ao ano nos últimos 20 anos – o crescimento económico não tem sido inclusivo, o que levanta questões de sustentabilidade e traz riscos de estabilidade social.

A 13ª edição do Relatório “Doing Business” do Banco Mundial, que mede a qualidade e eficiência da regulamentação para as empresas

do sector privado em 189 economias, com dados actualizados até Junho de 2015, indica que Moçambique caiu 5 posições no ranking para o 133º lugar, o que indica a necessidade do país acelerar reformas para melhorar o ambiente de negócios. Ainda assim, o Governo projecta para este ano, um crescimento real do PIB de 7%, mais elevado do que a previsão do FMI de 6,5%, com a nossa expectativa em 5,5%. Também esperamos um maior ajustamento fiscal e monetário, no período que antecede o arranque dos projectos de gás natural liquefeito (LNG), que têm registado atrasos sucessivos, mas que ainda traduzem perspectivas de forte expansão económica a médio e longo prazo.

TAXAS DE JURO

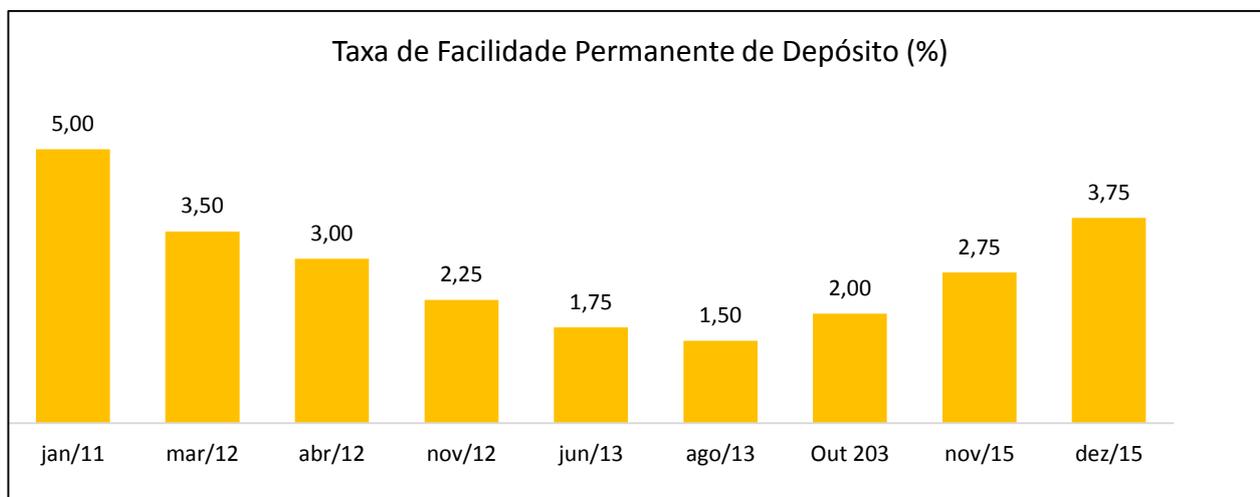
O ano de 2015 foi caracterizado pelo constante intervencionismo do Banco Central e por fortes medidas administrativas que visaram reforçar a adequação do ciclo de política monetária que, a par de outras medidas de política económica delineadas, contribuiria para assegurar a estabilidade macroeconómica no País. Nesse sentido, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique decidiu rever em alta a taxa de Juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez (FPC) por quatro vezes consecutivas no ano de 2015, de 7,50% em Novembro 2014 para 7,75% em Outubro de 2015, 8,25% em Novembro de 2015 e 9,75% Dezembro de 2015.



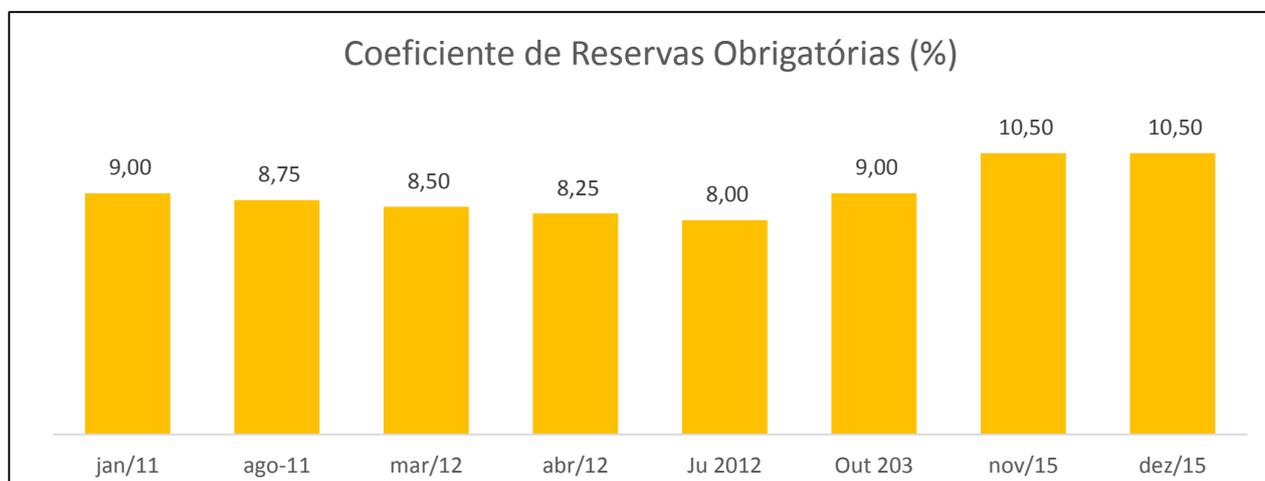
A dimensão da mudança da política monetária evidencia as dificuldades que trouxe para as empresas e para o sistema financeiro.

No que se refere à taxa da Facilidade Permanente de Depósitos (FPD), foi deliberado o ajustamento em alta de 1,50% (Agosto 2013) para

2,00% (Outubro de 2015), 2,75% (Novembro 2015) e 3,75% (Dezembro 2015).



Em relação às reservas obrigatórias, o comité de política monetária do Banco de Moçambique decidiu alterar o coeficiente que se mantinha em 8,00% desde Julho 2012, para 9,00% Novembro de 2015, tendo sido a última revisão para 10,50% acontecido em Dezembro 2015.



Em virtude das revisões das taxas diretórias do banco central, os bancos comerciais que operam no mercado procederam à revisão em alta da sua Prime Rate, assim como das taxas de juro praticadas junto dos seus clientes, de modo a acompanhar o ajustamento e para mitigar o custo de capital que advém da captação de fundos.

EVOLUÇÃO CAMBIAL

A volatilidade da taxa de câmbio, que caracterizou o ano de 2015, traduz o efeito dos choques exógenos que têm estado a afectar a economia moçambicana desde os finais de 2014, nomeadamente o contínuo fortalecimento do Dólar americano no mercado internacional, a queda dos preços internacionais das principais mercadorias que Moçambique exporta, bem como a redução do investimento directo estrangeiro e do fluxo de ajuda externa, que têm estado a provocar um agravamento do défice da balança de pagamentos do País.

A taxa de câmbio MZM/USD foi, no último dia de Dezembro de 2015, de 44,95 no Mercado Cambial Interbancário (MCI), o equivalente a uma apreciação mensal do Metical de 16,85% e a uma depreciação anual de 42,25%, traduzindo um abrandamento substancial, quando comparado com a depreciação de 73,2%, acumulada até Novembro. O abrandamento da depreciação do Metical reflectiu, em parte, o pacote de medidas adoptadas pelo Banco de Moçambique visando repor a estabilidade.

Em 2015, comparativamente a 2014, registou-se a depreciação acumulada do Metical face ao Dólar americano em todos os segmentos (42,3% - cotações), a prática de Spreads cotações/Bcoms muito elevados nos períodos de maior pressão cambial, a prática de Spread Bcoms/Casas de Câmbio negativo nos períodos de maior pressão cambial, a queda das vendas líquidas do Banco de Moçambique (23,3%), a redução das vendas para combustíveis (39%) e a redução das transacções de divisas entre os bancos comerciais (3%).

Em 2015, a par da depreciação face ao dólar, a moeda moçambicana registou também perdas em relação a outras moedas de referência nas suas principais transacções. O metical desvalorizou 5,88% face ao rand sul-africano.

SISTEMA FINANCEIRO MOÇAMBICANO

No ano de 2015, o sistema financeiro foi caracterizado pela contínua intervenção do Banco Central nos mercados monetários e cambial interbancários, através da adopção de medidas administrativas restritivas, que assentam numa política monetária de contenção da procura de moeda, incluindo a procura de divisas. O objetivo é assegurar o equilíbrio dos indicadores macroeconómicos, em face dos crescentes riscos de conjuntura externa e doméstica, num contexto

em que as projecções de inflação de curto e médio prazo sinalizavam a necessidade de uma maior precaução. Neste sentido, o Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique reforçou as políticas monetária e cambial no País.

No mercado monetário, comparativamente ao ano de 2014, o ano de 2015 foi marcado pela redução da emissão de bilhetes de tesouro, pela redução das operações Reverse Repo, pela ligeira redução das operações Repo entre os bancos comerciais assim como com o Banco Central, a redução do nível da FPD e aumento do recurso à FPC, aumento das taxas de juro médias dos diversos instrumentos, assim como o aumento das taxas de juros do crédito.

No mercado cambial, notabilizou-se uma tremenda escassez de divisas no mercado, o que tornou difícil o processo de importações. O sistema financeiro moçambicano, ao nível dos seus principais intervenientes, teve também um ano de 2015 com muitas alterações, a sinalizar que é um sector com uma melhoria da sua robustez e rentabilidade.

De facto, os elevados níveis de crescimento económico em Moçambique e as perspetivas positivas têm sido um factor de atracção para alguns dos principais bancos globais.

A exploração de recursos naturais, a par com uma bancarização muito incipiente, têm sido os dois principais *drivers* da actividade do sector. Os movimentos de fusões e aquisições, nos últimos anos, reflectem a procura de oportunidades para expansão na região. O Banco Terra foi adquirido pelo banco português Montepio (44,5%) e pelo sul-africano Nedbank (36,6%). O Ecobank, do Togo, comprou o Banco ProCredit, em Junho último.

Ainda, o banco francês Société Générale comprou uma posição no The Mauritius Commercial Bank Moçambique, como parte da sua estratégia de crescimento em África. O Banco Europeu de Investimentos também anunciou que vai abrir um escritório em Maputo, uma vez que identificou oportunidades de investimento na “energia, água, sanidade e agricultura”.

Há 18 bancos a operar em Moçambique, sendo que 90% dos activos, depósitos e empréstimos são geridos pelos seis maiores bancos – Millennium BIM, BCI, Standard Bank, Barclays, Moza Banco e Banco Único – detidos por capitais portugueses e sul-africanos.

Em Moçambique, apenas um em cada quatro adultos tem conta bancária e as empresas de pequena e média dimensão têm ainda muita dificuldade em utilizar os serviços bancários como uma força e uma ferramenta para expandir a sua atividade. Este potencial e,

sobretudo, as perspectivas para o sector do gás e do carvão, mantêm a atractividade do sector bancário moçambicano nos próximos anos.

Dados da Associação Moçambicana de Bancos referentes a Outubro de 2015 indicam que os dois maiores bancos, o BIM e o BCI, disputam a liderança do sector com quotas de mercado na casa dos 29% cada nos depósitos e no crédito. O terceiro maior banco é o Standard Bank, com uma quota de mais de 14% nos depósitos e de cerca de 11% no crédito. Segue-se o Barclays, com quotas na casa dos 5%. O banco inglês anunciou já em 2016 a decisão de sair da sua participada para África, o ABSA, um movimento de mudança de accionistas que irá trazer novos desafios ao sector.

Sobre a evolução do sector, um estudo realizado em parceria entre a Associação Moçambicana de Bancos e a multinacional de auditoria KPMG, conclui que "o sector bancário em Moçambique continua a ser altamente rentável", para o que contribui o crescimento de 23% no total de activos, de 281 para 339 mil milhões de meticais entre 2013 e 2014.

Segundo o relatório, o crescimento da rentabilidade do setor bancário, que registou lucros líquidos de 6,4 mil milhões de meticais em 2014, face a 5,2 mil milhões em 2013, tem sido suportado pelo aumento de rendimento de operações em moeda estrangeira, resultado em grande parte da depreciação acentuada do metical em relação ao dólar.

No ano de 2014, o crédito na economia aumentou 24%, com a carteira de empréstimos e adiantamentos a alcançar 191,6 mil milhões de meticais, face a 154,5 mil milhões no fim de 2013.

Este aumento do crédito está associado às necessidades de financiamento para projetos de infraestruturas e construção, bem como para necessidades de capital circulante e para o consumo.

As bolsas de Valores, assim como os bancos, integram o sistema de financiamento da economia. A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) foi criada em 1998 e é uma alternativa de financiamento à economia ainda em crescimento. Segundo dados da BVM, dos 46 activos listados (mais 7% do que em 2014), quatro são de acções de empresas, sendo que os restantes correspondem a obrigações (dívida de médio e longo prazo) e a papel comercial (dívida de curto prazo), tanto do Estado como de empresas de capitais privados.

A capitalização bolsista em 2015 ascendeu a 55,2 mil milhões de meticais (1,2 mil milhões de dólares), mais 30% em termos anuais em meticais, mas menos 8% em dólares, devido à grande desvalorização

da moeda nacional. Esta capitalização equivale a cerca de 8% do PIB de Moçambique.

Os volumes transacionados registaram crescimentos expressivos. Em 2015, o volume transacionado foi de 14,9 mil milhões de meticais (329 milhões de dólares), um crescimento anual de 222% em meticais e de 127% em dólares.

Realizado com informação disponível até 31 de Março de 2016.

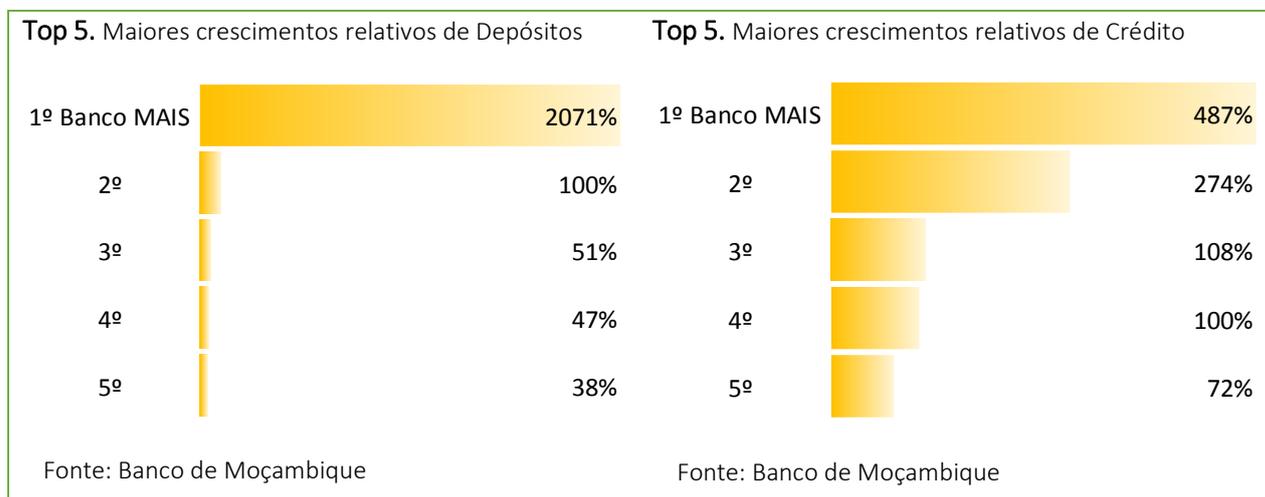




4. PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO

4. PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO

No ano de 2015, e com base na estratégia aprovada, foi definida uma segmentação de clientes e toda a estrutura comercial foi ajustada em função dessa estratégia e segmentação.



Esta nova estrutura, complementada por um serviço caracterizado pela excelência, personalização e permanente orientação para as necessidades de cada Cliente, permitiram conquistar o maior crescimento relativo de Depósitos e de Crédito no sistema financeiro em 2015, o que contribuiu para o aumento da quota de mercado do Banco no sector.

A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente e está dividida em quatro segmentos principais:

CORPORATE E INSTITUCIONAIS, PRIVATE BANKING

O Banco MAIS oferece aos Clientes Corporate, Institucionais e Private Banking um ambiente de atendimento mais personalizado, está localizado num ponto estratégico e de prestígio da Cidade de Maputo e conta com gestores experientes e conhecedores dos mercados financeiros.



Unidade de Negócio de Negócios Corporate e Private, na Avenida Julius Nyerere, em Maputo

PARTICULARES E NEGÓCIOS

Os clientes do segmento Particulares e Negócios são acompanhados por uma rede de Unidades de Negócios situadas em Maputo (Av. 24 de Julho e na Av. Eduardo Mondlane), Tete, Chimoio, Xai-Xai e Boane.

Nestas Unidades de Negócios, os clientes encontram um ambiente propício para falar das suas necessidades financeiras com um gestor ou realizar as operações de caixa.

SALA DE MERCADO E TESOURARIA

Em 2015 entrou em funcionamento a Sala de Mercados e Tesouraria do Banco MAIS, visando assegurar a intervenção do Banco nos mercados monetário, cambial e de capitais por conta própria ou/e de Clientes. A Sala de Mercados presta um aconselhamento especializado aos Clientes e encontra-se equipada com sistemas de negociação, sistemas de comunicação e sistemas de informação que lhe permitem acompanhar os mercados em tempo real.

- **Mercados Monetário:** responsável pela gestão da liquidez do Banco;
- **Mercado Cambial:** responsável pela gestão de todas as operações cambiais à vista, a prazo e de futuros;
- **Mercado de Capitais:** responsável pela gestão de valores mobiliários.

Canais de Comunicação, interação e Informação:

- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Bolsa de Valores de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Central de Valores Mobiliários de Moçambique*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Reuters e Dealing Eikon*;
- ✓ Ligação do Banco MAIS com a *Fxstreet*.



5. Actividades de Suporte ao Negócio



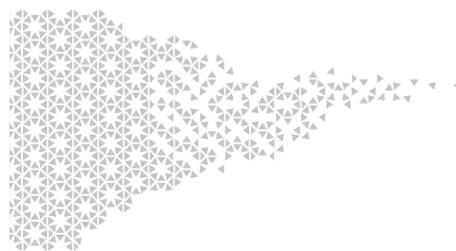
5. ACTIVIDADES DE SUPORTE AO NEGÓCIO

COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Em 2015, no seguimento da mudança de nome e imagem iniciada nos finais de 2014, foram alterados todos os suportes de comunicação e imagem nas várias Unidades de Negócio assim como toda a comunicação institucional foi uniformizada para a nova imagem.



BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS



Foi desenvolvida uma linguagem gráfica que espelha os valores de liderança, adaptabilidade às circunstâncias e necessidades dos clientes, integrados numa estrutura sólida. Através do padrão, o Banco reforça a organização e o rigor, equilibrados com uma aplicação mais dinâmica, orgânica e livre, alargando a ambição e a acção sempre atenta às melhores oportunidades.

Com esta alteração, foi dado mais um importante passo para o reposicionamento do **Banco MAIS** no mercado Moçambicano e reforçaram-se os valores estratégicos do Banco, assentes na sua relação de proximidade com os clientes, na qualidade do atendimento, no profissionalismo das equipas de trabalho e na



Unidade de Negócios da Avenida 24 de Julho, em Maputo



BANCO MAIS
BANCO MOÇAMBICANO DE APOIO AOS INVESTIMENTOS

RELATÓRIO E CONTAS DE 2015

variedade e qualidade da sua oferta de produtos e serviços, assim como na simplicidade, na rapidez e eficiência do Banco nos processos dos clientes, através do conceito que coloca cada cliente no centro das suas atenções.



O posicionamento da marca Banco MAIS foi definido como sendo “**O Seu Parceiro de Negócios**”, utilizado como assinatura de marca, e começou a ser transmitido para o mercado no final de 2015, através de campanhas publicitárias, essencialmente em jornais nacionais.

As Unidades de Negócios do Banco foram reabilitadas na íntegra, não só no que diz respeito à imagem mas também no seu *layout*, com o objectivo de melhorar a qualidade de atendimento a clientes e assim prestar serviços de maior qualidade.

Para além do já exposto, o Banco reforçou a sua equipa de marketing e redesenhou toda a oferta de produtos e serviços e o pricing, tendo também iniciado a definição e implementação de critérios de segmentação de clientes.



As acções de comunicação foram acompanhadas pelo redesenho da oferta global de produtos e serviços que potencia a captação, fidelização e rentabilidade. Prosseguiu-se com a implementação e definição dos critérios de segmentação da rede, garantido assim que a actividade comercial satisfaz as necessidades e expectativas dos Clientes que valorizam a inovação, a rapidez, e adequando o nível de serviço à especificidade dos seus interesses.



TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2015 foi desafiante para a equipa de Informática do Banco MAIS, com a necessidade de modernização de toda a infra-estrutura informática, de comunicações, de segurança e implementação de um conjunto de sistemas e procedimentos novos para dar suporte à nova estratégia comercial e estar de acordo com as recomendações do Banco Central.

Para que fosse possível a concretização dos objectivos de modernização dos sistemas informáticos, o Banco MAIS investiu fortemente nos Sistemas de Informação, com destaque para:

- Implementação da solução mais avançada do sistema “core” da Exictos, o Banca 3G;

- Servidores IBM A/S Power i – Instalação de novos e modernos servidores de produção e de redundância para a aplicação “core” do Banco;
- Servidores Windows – Instalação, no data center e nas Unidades de Negócio, de novos servidores de produção e redundância para suporte da gestão rede informática, sistemas Windows e firewall;
- Instalação de computadores novos nas várias Unidades de Negócio;
- *Upgrade* dos sistemas de comunicação e VPN;
- Aquisição de uma central telefónica que permite a comunicação com as Unidades de Negócio via VoIP;
- Instalação de um conjunto alargado de módulos do sistema Banca da Exictos;

No que diz respeito aos Sistemas de Pagamentos, o Banco concluiu as ligações com entidades externas por via de:

- MTR
- SWIFT
- MMI e MCI
- SISMO
- INSS

Como suporte ao negócio, foi disponibilizada uma ferramenta de extração de informação de gestão e deu-se início ao projecto de internet e mobile banking, que deverá entrar em produção na primeira metade de 2016.

COMPLIANCE

O Departamento de Compliance do Banco MAIS encontra-se operacional desde os finais de 2014, de forma permanente e efectiva, e encontra-se sob a coordenação directa do Conselho de Administração. O principal objectivo deste Departamento é prevenir e evitar a violação das normas e/ou desvio de condutas que acarretem consequências negativas para o Banco e para a sociedade: exigir um comportamento aos colaboradores que esteja de acordo com a legislação em vigor, conforme com as Leis nacionais e os normativos internos do Banco, conciliando as acções, condutas e procedimentos com as exigências legais, éticas e regulamentares.

A prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, uma postura profissional e deontológica, que respeite as regras internas e estatutárias, as regras de conduta e de

relacionamento com os clientes e as orientações dos órgãos sociais, destacam-se como principais vectores de orientação para um comportamento de acordo com as regras de “Compliance”.

Ao longo de 2015, podemos destacar as seguintes iniciativas do Departamento de Compliance, no âmbito da prossecução dos seus objectivos:

- Elaboração e aprovação do Código de Ética e Conduta dos Colaboradores;
- Aquisição de uma ferramenta de controlo Compliance (AML e FT);
- Definição dos fluxos de crédito a clientes e abertura de conta;
- Adesão ao GIFIM – Gabinete de combate ao Branqueamento e Financiamento do terrorismo, do BdM;
- Obtenção do GIIN (Global Intermediary Identification Number) e Adesão ao FATCA (Foreign Account Tax Compliance Act).

JURÍDICO

O Departamento Jurídico é uma peça absolutamente necessária e fundamental numa Instituição Financeira, trabalhando lado a lado com todos os Departamentos.

De entre outras atribuições, o Departamento Jurídico tem como foco garantir a aderência dos procedimentos aos dispositivos legais (internos e externos, em consonância com o Departamento de Compliance), construir soluções para a contratação de operações e negócios realizados pelo Banco, viabilizar o equilíbrio e a transparência nas relações contratuais com os clientes e fornecedores, acompanhar e prever impactos provenientes de alterações na legislação.

Também tem como função propor ações judiciais, relativas à defesa dos direitos do banco, defendendo-o nas ações que lhe são contrárias, fazendo ponte com todos os actores jurídicos externos ao Banco.

CRÉDITO

Relativamente ao Departamento de Crédito, importa referir que o Departamento tem como principal objectivo avaliar o potencial de retorno de um mutuário, bem como os riscos inerentes à concessão de crédito a essa entidade, assim como identificar os clientes que futuramente poderão ser um mau *asset* para o Banco, tendo associados a si um risco de incumprimento.

Durante o ano de 2015, os pedidos totais de crédito, por desembolso e garantias, totalizaram o valor de 3.074.310.789,37 meticais, dos quais foram aprovados créditos no valor de 2.818.624.879,37 meticais.

RISCO

No que diz respeito ao Departamento de Risco é importante referir que ele tem como principal missão reduzir perdas e minimizar os seus efeitos, bem como evitar que essas perdas venham a ocorrer com certa frequência, ou reduzir os efeitos dessas mesmas perdas, limitando-as a valores aceitáveis, ou dentro do perfil estipulado pelo Banco.

Das várias iniciativas deste Departamento, destacamos:

1. Elaboração e submissão dos relatórios de rácios e limites prudenciais de periodicidade diária, quinzenal, mensal e trimestral ao Banco de Moçambique em conformidade com o primeiro pilar do Acordo de Basileia II;
2. Elaboração dos relatórios de disciplina de mercados, concentração de risco e risco de taxa de juro da carteira bancária;
3. Elaboração do programa de gestão de risco;
4. Elaboração do relatório de risco a ser apresentado mensalmente ao Comité de Risco.

OPERAÇÕES

O Departamento de Operações é o chamado “motor” da actividade financeira da Instituição, por onde passam todas as transações do Banco.

Em 2015 verificou-se um aumento significativo da actividade Operacional do Banco e foram concretizados os seguintes projectos:

- Acesso ao Swift e Bankers Almanac’;
- Abertura de contas em Bancos correspondentes;
- Abertura de contas em Bancos Locais;
- Acesso à JUE;
- Pagamento em MTR;
- Automatização do processo de transferências interbancárias.

RECURSOS HUMANOS

O Departamento de Recursos Humanos assume a responsabilidade por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes áreas do Banco, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para as metas do Banco.

Em 2015 foi dada continuidade ao processo de reforço das equipas do Banco MAIS, principalmente na área comercial, mas também nos serviços centrais. Este reforço é necessário para dotar o Banco nas valências necessárias em termos de *know-How* bancário que permita uma implementação eficaz da estratégia definida e cumprir com as exigências do Banco Central.

Em termos globais verificou-se um aumento do quadro de pessoal de 12 colaboradores face a 2014 que visou, sobretudo, reforçar os novos Departamentos do Banco e a área comercial.

<i>Colaboradores Banco MAIS</i>	2014	2015	Varição
<i>Serviços Centrais</i>	24	28	+4
<i>Rede Comercial</i>	19	27	+8
<i>Total</i>	43	55	+12

O número de efectivos alocados à área comercial corresponde a 49% do total do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2015, o quadro de pessoal do Banco MAIS era composto por 55 Colaboradores, dos quais 36 eram do género masculino e 19 do género feminino. Pretende-se evoluir para uma situação mais equilibrada de género e chegar a uma situação próxima de 50% de homens e mulheres.

<i>Colaboradores Banco MAIS</i>	2014	2015	Varição
<i>Homens</i>	26	36	+10
<i>Mulheres</i>	17	19	+2
<i>Total</i>	43	55	+12

O Banco MAIS tem vindo a seguir uma política de gestão de recursos humanos que privilegia a integração de jovens com experiência de trabalho no sector financeiro. As novas contratações seguem o princípio indicado atrás, no entanto a estrutura de idades e a

escolaridade ainda está fora do desejado devido à absorção dos antigos colaboradores do Banco Tchuma.

A idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 36,4 anos, sendo que 47% dos colaboradores do Banco têm entre 31 e 45 anos.

<i>18 – 24 anos</i>	<i>25 – 30 anos</i>	<i>31 – 45 anos</i>	<i>+ de 45 anos</i>
4%	31%	47%	18%

Distribuição dos efectivos por nível de escolaridade

<i>Licenciatura</i>	<i>Bacharelato</i>	<i>Frequência Universitária</i>	<i>Curso médio</i>	<i>Formação Técnica</i>
29%	1,8%	14,5%	54,5	N/A



6. Análise Financeira

6. ANÁLISE FINANCEIRA

NOTAS INTRODUTÓRIAS

O Banco MAIS – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta as contas individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2014 e 2015, segundo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Os resultados e os rácios financeiros atingidos, demonstram a adopção pelo Banco de critérios de prudência de actuação na gestão de liquidez, no fomento à captação de recursos, na concessão de crédito aos clientes, no modelo de segmentação de Clientes e no investimento feito ao longo do ano em infraestruturas de suporte de negócio.

EVOLUÇÃO DO BALANÇO

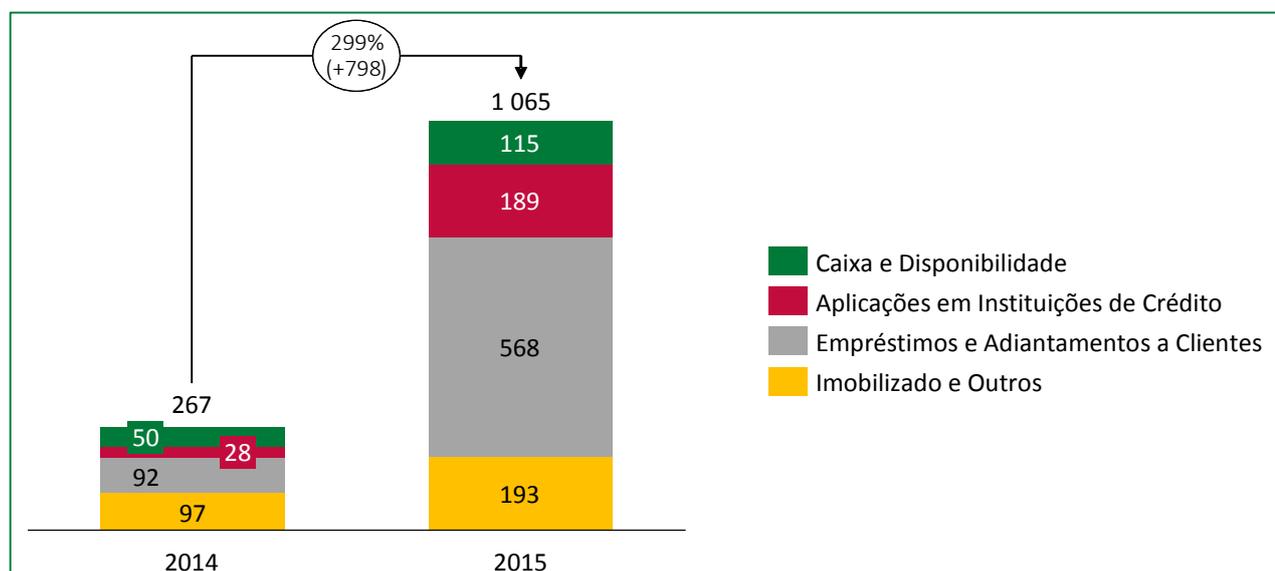
ACTIVO

O activo total líquido ascendeu o valor de 1.064 milhões de meticais no final de Dezembro de 2015, contra os 267 milhões de meticais apurados em igual período de 2014, o que representa um crescimento de 299% (798 milhões de meticais).

No conjunto dos activos totais, o crédito a clientes passou a representar 53% (2014: 35%), os activos financeiros disponíveis para venda, 0,3% (2014: 0,6%), aplicações em outras instituições financeiras, 18% (2014: 10%), Disponibilidade no Banco Central, 8% (2014:15%) e outros activos com 1% (2014: 0,5%).

O banco prosseguiu com uma política de concessão de crédito activa mas prudente, tendo-se registado um crescimento desta rubrica, em termos líquidos de 514% (475 milhões de meticais), atingindo 568 milhões de meticais em 2015.

Quadro evolutivo do Activo Líquido. Em Milhões de Meticais.



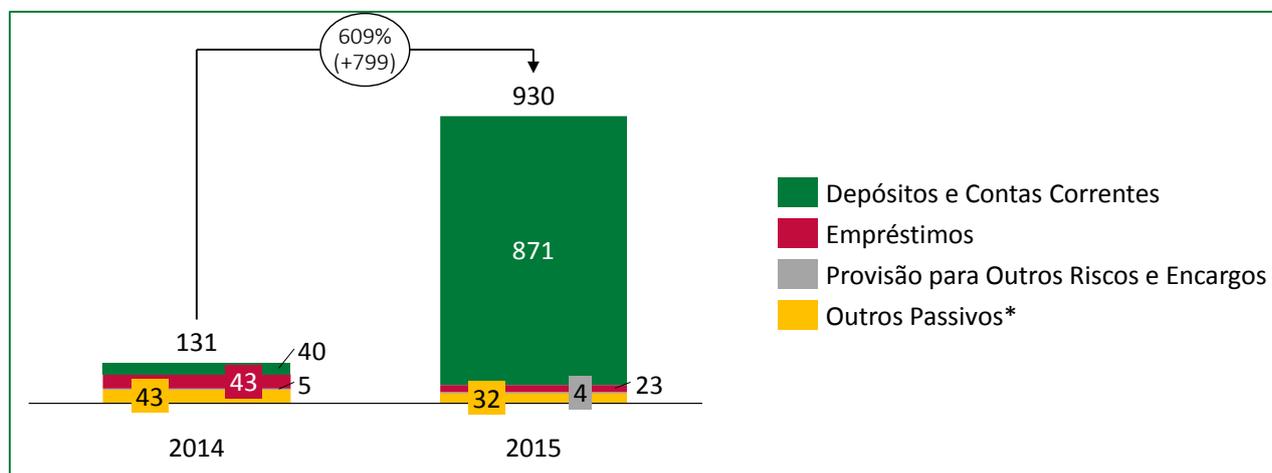
	2015	2014	Var. 2015
Caixa e Disponibilidade em Bancos Centrais	87 259 757	39 430 338	121%
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	27 485 399	10 498 582	162%
Aplicações em Instituições de Crédito	189 021 381	27 785 530	580%
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	2 682 287	1 532 287	75%
Empréstimos e Adiantamentos a Clientes	567 879 197	92 443 771	514%
Activos Financeiros Detidos até a Maturidade	40 177 998	0	100%
Outros Activos	5 693 616	1 307 983	335%
Activos por Impostos Correntes	2 943 233	2 456 564	20%
Activos Tangíveis	117 410 174	70 925 796	66%
Activos Intangíveis	24 390 334	20 592 960	18%
Total do Activo	1 064 943 376	266 973 811	299%

PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

O Passivo situou-se em 930 milhões de meticais, representando um crescimento de 609% (799 milhões de meticais) face a 2015. Este incremento resulta em grande medida do crescimento do volume de depósitos, que se fixou em 871 milhões de meticais, o que reflecte um aumento de 2.076% (831 milhões de meticais) face ao ano anterior e representado 93% do passivo.

O Capital Próprio fixou-se em 135 milhões de meticaís, estando basicamente em linha com o ano anterior em 1% (790 mil meticaís). Verificou-se um aumento de capital de 101,5 milhões de meticaís em 2015, no entanto o mesmo foi consumido pelo resultado negativo de 102,3 milhões de meticaís.

Quadro evolutivo do Passivo. Em Milhões de Meticaís.

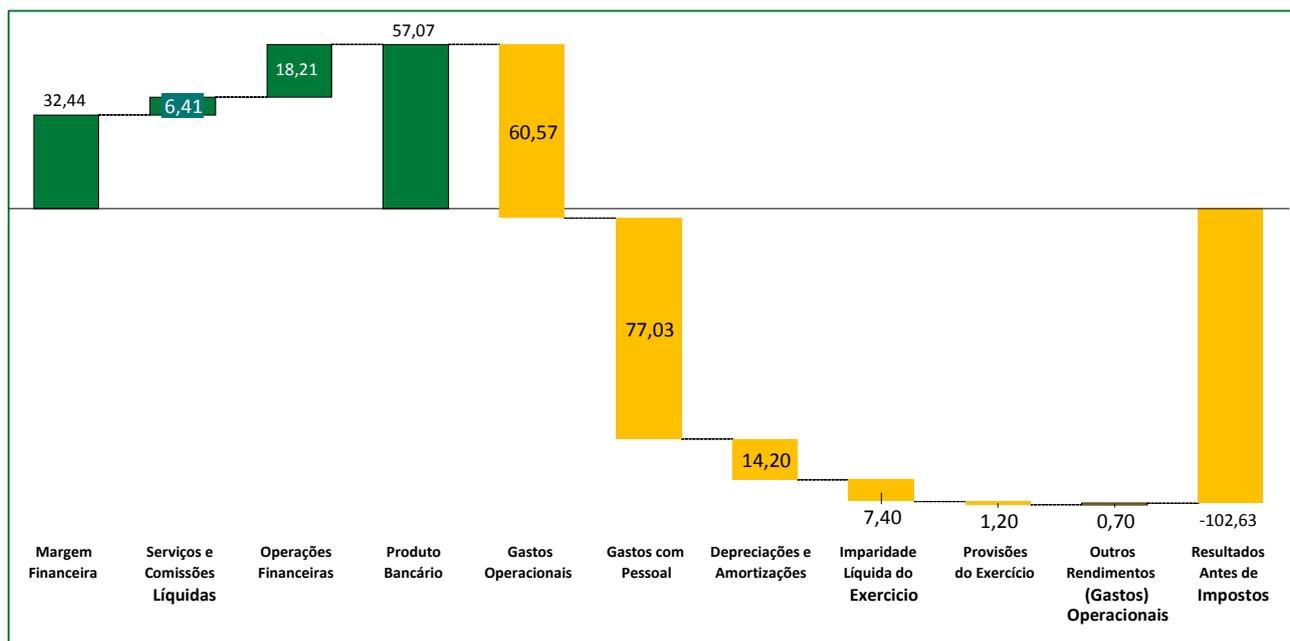


	2015	2014	Var
Recursos de Instituições de Crédito	-	-	-
Passivos Financeiros Detidos para Negociação	-	-	-
Depósitos e Contas Correntes	871 199 452	40 041 013	2076%
Empréstimos	22 774 256	43 251 506	-47%
Outros Passivos	19 555 537	30 491 999	-36%
Provisão para Outros Riscos e Encargos	3 909 503	4 578 884	-15%
Passivos por Impostos Diferidos	12 450 886	12 767 609	-2%
Total do Passivo	929 889 634	131 131 011	609%

RESULTADOS E RENTABILIDADE

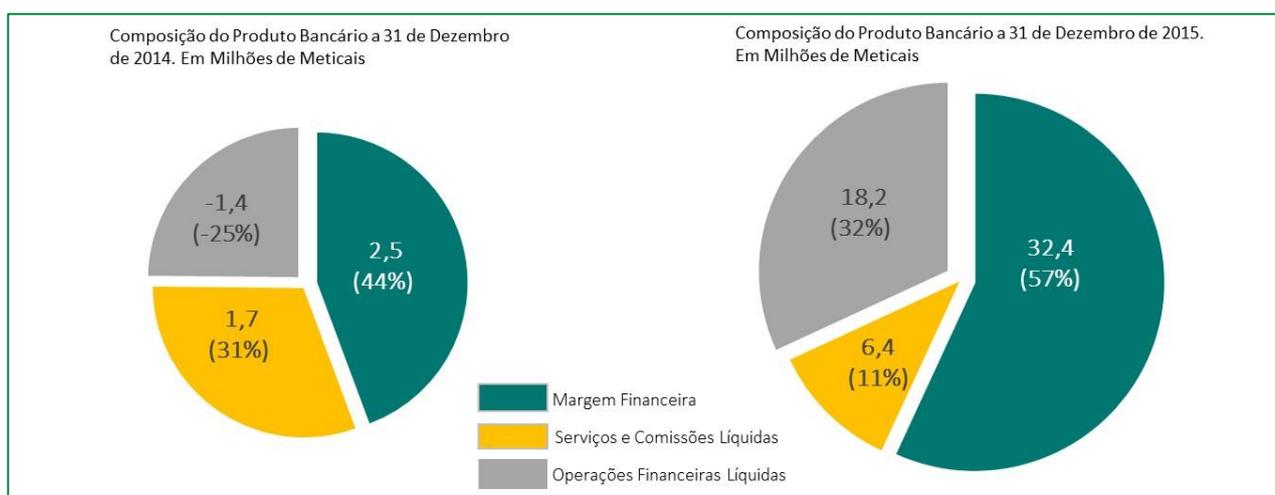
O Banco Mais registou no exercício de 2015 um resultado negativo no valor de 102,3 milhões de meticaís, o que representa um agravamento de 57% face ao do exercício anterior, cujo resultado negativo foi de 65,3 milhões de meticaís. Para este resultado concorreram tanto factos positivos como negativos.

Resultado e Rendibilidade (Milhões de Meticais)



PRODUTO BANCÁRIO

O Produto Bancário, que inclui a Margem Financeira bem como a Margem Complementar (Resultados de Serviços e Comissões e Resultado de Operações Financeiras), fixou-se em 57 milhões de meticais, um crescimento de 1.903% face ao ano anterior (54,2 milhões de meticais), o que demonstra um aumento da confiança depositada pelo mercado na actividade do Banco MAIS.



A Margem Financeira situou-se em 32,4 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 1.191% face ao exercício anterior, cujo valor foi de 2,5 milhões de meticais. Este incremento da Margem

Financeira resulta do crescimento da carteira de crédito em 481%, cerca de 479,2 milhões de meticais;

O Resultado de Serviços e Comissões fixou-se em 6,4 milhões de meticais, o que resulta num crescimento face ao ano anterior de 268% (4,7 milhões de meticais). Há que salientar que o volume de comissões recebidas se situou em 16,2 milhões de meticais, contra os 1,9 milhões de meticais do ano anterior. Por outro lado, o volume de comissões pagas situou-se em 9,8 milhões de meticais, contra os 166 mil meticais do ano anterior.

O Resultado de Operações Financeiras situou-se em 18,2 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 1.394% face ao ano anterior (19,6 milhões de meticais). Este crescimento resulta da entrada em funcionamento da Sala de Mercados, o que contribuiu para uma gestão mais activa das posições cambiais do Banco.

GASTOS DE ESTRUTURA

Os gastos de estrutura, que incluem os gastos operacionais desembolsáveis (FSE e Gastos com Pessoal) e os gastos operacionais não desembolsáveis (amortizações e depreciações, provisões e imparidades), situaram-se em 153 milhões de meticais, reflectindo um crescimento de 89% (72 milhões de meticais) face ao ano anterior.

- Os Gastos com Pessoal fixaram-se em 77 milhões de meticais, o que representa um crescimento de 141% (45 milhões de meticais) face ao ano anterior. Este incremento resulta por um lado da reestruturação feita em 2015, do aumento da massa salarial e da valorização do dólar face ao metical;
- Os FSE situaram-se em 60,6 milhões de meticais, o que se reflecte num aumento de 65% (23,8 milhões de meticais) face ao ano anterior. O crescimento resulta da valorização do metical face ao dólar, uma vez que alguns gastos estão indexados a esta moeda, da reestruturação efectuada em 2015 assim como do incremento dos gastos ligados ao crescimento da actividade;
- As amortizações e depreciações situaram-se em 14,2 milhões de meticais, resultando num aumento de 51% (4,8 milhões de meticais) face ao ano anterior. Esta subida resulta do investimento feito durante o ano de 2015, que ditou o incremento das respectivas amortizações e depreciações;
- As provisões e imparidades fixaram-se em 1,2 milhões de meticais, resultando numa redução de 58% (1,7 milhões de meticais) face ao ano anterior. Esta redução é resultante de uma carteira de activos de melhor qualidade, o que se traduz numa diminuição, tanto no rácio crédito vencido vs. crédito a

clientes, como na imparidade acumulada vs. crédito vencido, fixando-se em 1,5% e 125%, respectivamente.

O crescimento do volume de negócios conjugado com a eficiência operacional, traduziu-se numa melhoria significativa do rácio de eficiência (custos operacionais sobre o produto bancário) que baixou de 2.410,40% em Dezembro de 2014 para 241,12% no final de 2015, reflectindo o maior aumento do produto bancário (1.902,51%) face ao crescimento dos gastos operacionais desembolsáveis (100,3%).



7. Demonstrações Financeiras e Respectivas Notas

7. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESPECTIVAS NOTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

	Notas	2015	2014
Juros e rendimentos similares	2	56 050 963	9 201 811
Juros e gastos similares	2	(23 607 189)	(6 688 827)
Margem financeira	2	32 443 774	2 512 984
Rendimentos de serviços e comissões	3	16 201 343	1 909 806
Encargos com serviços e comissões	3	(9 789 836)	(166 100)
Serviços e comissões líquidas	3	6 411 507	1 743 706
Operações financeiras líquidas	4	18 212 000	(1 406 908)
Rendimentos operacionais		57 067 281	2 849 782
Imparidade líquida do exercício	14	(7 402 069)	(2 650 817)
Rendimentos operacionais líquidos		49 665 212	198 965
Gastos com pessoal	5	(77 027 784)	(31 913 857)
Depreciações e amortizações	18,19	(14 196 801)	(9 406 349)
Gastos operacionais	6	(65 842 729)	(41 747 231)
Provisões do exercício	23	(1 202 848)	(2 871 903)
Outros rendimentos (gastos) operacionais	7	5 973 728	20 286 653
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		(102 631 222)	(65 453 722)
Imposto corrente	8	-	-
Imposto diferido	8	316 723	143 504
Resultado/(prejuízo) do exercício		(102 314 499)	(65 310 218)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em Meticais)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INTEGRAL

	Notas	2015	2014
Prejuízo do exercício		(102 314 499)	(65 310 218)
Outros resultados integrais para serem reclassificados em rendimentos/(perdas) em períodos subsequentes			
Reserva de reavaliação - imóveis	17,26	-	28 025 594
Passivo por imposto diferido	8	-	(7 004 663)
		-	21 020 931
Demonstração dos rendimentos integral, líquido de impostos		(102 314 499)	(23 268 356)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	2015	2014
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em Banco Central	10	87 259 757	39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	11	27 485 399	10 498 582
Aplicações sobre instituições de crédito	12	189 021 381	27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	13	2 682 287	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	14	567 879 197	92 443 771
Activos financeiros detidos para negociação	13	-	-
Activos financeiros detidos até a maturidade	15	40 177 998	-
Outros activos	16	5 693 616	1 307 983
Activos por impostos correntes	17	2 943 233	2 456 564
Activos tangíveis	18	117 410 174	70 925 796
Activos intangíveis	19	24 390 334	20 592 960
Total do activo		1 064 943 375	266 973 811
PASSIVO			
Recursos de instituições de crédito	20	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	13	-	-
Depósitos e contas correntes	20	871 199 452	40 041 013
Empréstimos	21	22 774 256	43 251 506
Outros passivos	22	19 555 537	30 491 999
Provisão para outros riscos e encargos	23	3 909 503	4 578 884
Passivos por impostos correntes	8	-	-
Passivos por impostos diferidos	8	12 450 886	12 767 609
Total do passivo		929 889 634	131 131 011
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	24	434 891 130	333 365 690
Reserva de reavaliação	25	27 782 416	28 455 453
Reserva legal	25	-	-
Outras reservas	25	350 200	350 200
Resultados transitados		(327 970 005)	(226 328 543)
Total do capital próprio		135 053 741	135 842 800
Total do capital próprio e passivo		1 064 943 375	266 973 811



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015*(Valores expressos em Meticais)***DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO**

	Capital social (nota 24)	Reserva de reavaliação (nota 25)	Outras Reservas (nota 25)	Resultados transitados	Total do capital próprio
Balço em 01 de Janeiro de 2014	126 515 690	13 570 545	350 200	(161 018 325)	(20 581 890)
Aumento do capital social	206 850 000	-	-	-	206 850 000
Aumento da reserva de reavaliação	-	21 889 571	-	-	21 889 571
Impostos diferidos (Nota 8)	-	(7 004 663)	-	-	(7 004 663)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(65 310 218)	(65 310 218)
Balço em 31 de Dezembro de 2014	333 365 690	28 455 453	350 200	(226 328 543)	135 842 800
Aumento do capital social	101 525 440	-	-	-	101 525 440
Consumo da reserva de reavaliação	-	(673 037)	-	673 037	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(102 314 499)	(102 314 499)
Balço em 31 de Dezembro de 2015	434 891 130	27 782 416	350 200	(327 970 005)	135 053 741

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Valores expressos em Meticals)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2015	2014
Actividades operacionais			
(Prejuízo)/Resultados antes de impostos		(102 631 222)	(65 453 722)
Ajustamentos de:			
Depreciações e amortizações do exercício	18,19	14 196 801	9 406 349
Imparidade líquida do exercício	14	7 402 069	2 650 817
Ganhos na alienação de activos	7		(19 798 986)
Abate de empréstimos e adiantamento de clientes	14	(3 597 531)	(31 399 379)
Activos financeiros detidos para negociação		-	453 244
Provisão líquida do exercício	24	(669 381)	1 644 345
Aumento (Diminuição) dos activos operacionais	26	(483 625 597)	(34 065 787)
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais	26	820 221 977	(5 936 720)
Impostos pagos	17	(486 669)	(914 813)
Net cash flows from operating activities		250 810 447	(143 414 652)
Actividades de Investimento			
Aquisição de activos tangíveis	18	(54 208 974)	(3 034 551)
Alienação de activos tangíveis	18	359 794	28 014 941
Aquisições de activos intangíveis	19	(10 629 373)	(3 804 138)
Activos financeiros disponíveis para venda	13	(1 150 000)	-
Aquisição de activos financeiros detidos até a maturidade	15	(40 177 998)	-
Diminuição/(aumento) na reserva obrigatória	28	(71 867 171)	(2 840 440)
Caixa líquida de actividades de investimento		(177 673 722)	18 335 812
Actividades de financiamento			
Aumento do capital social	25	101 525 440	206 850 000
Recursos de instituições de crédito		-	(27 236)
Empréstimos	21	(20 477 250)	(10 944 276)
Cash flows used in financing activities		81 048 190	195 878 488
Increase / (Decrease) in cash and cash equivalents		154 184 916	70 799 648
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	28	74 874 010	4 074 362
Cash and cash equivalents at end of the year	28	229 058 926	74 874 010



1. Políticas contabilísticas

1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que a Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do Banco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o Banco.

As Demonstrações Financeiras do Banco foram autorizadas para emissão pela Administração em 31 de Março 2016 e serão submetidas à aprovação pelos Accionistas em Assembleia-Geral.

1.2. Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, a Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

Princípio da continuidade

A Administração do Banco efectuou uma avaliação sobre o princípio da continuidade, estando satisfeita com os resultados obtidos em resultado de ter os recursos necessários para a prossecução da actividade num futuro mais próximo. Refira-se, contudo, que o Banco incorreu no presente exercício em prejuízos líquidos no montante de 102.314.499 Meticais (2014: 65.310.217 Meticais, apresentando prejuízos acumulados que ascendem a 327.970.005 Meticais, o que poderá dar origem a incertezas e dúvidas significativas sobre a continuidade das operações do Banco e questionar a sua capacidade em realizar os seus activos e cumprir com as suas obrigações no curso normal dos seus negócios.

O Banco provém de uma instituição de microfinanças, o Banco Tchuma, que a quando da sua entrada as contas não apresentavam uma posição positiva, sendo que o banco está a contornar tal situação. Entretanto, as suas actividades operacionais (créditos e depósitos), efectivamente apenas iniciaram em Junho de 2014 o que representa um ano e meio de actividade.

Adicionalmente, o banco registou um aumento de capital na ordem de 101.525.440 Meticais representado por 10.152.544 acções de 10 Meticais cada.

Face ao exposto, a Administração não tem conhecimento de eventuais incertezas materiais que possam colocar em causa o princípio da continuidade do Banco, pelo que, as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade.

Perdas por imparidade em crédito

O Banco avalia os valores que dizem respeito a crédito mal parado no final de cada data de relato, a fim de determinar se uma perda por imparidade deverá ser ou não reconhecida. Em particular, a Administração utiliza estimativas do valor recuperável do activo no cálculo dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros ao determinar o nível da perda potencial. Tais estimativas são baseadas na experiência passada e pressupostos de um número de factores, podendo conduzir a alteração de resultados actuais, resultando em alterações futuras dos montantes criados para fazer face a perdas efectivas.

Para além da imparidade específica para cobrir o risco relacionado com os créditos com prova objectiva de existir imparidade, o Banco determina uma imparidade numa base colectiva para os créditos para os quais embora não tenha sido identificada uma necessidade específica de reconhecer a perda por imparidade, possuem um nível de risco mais elevado em relação ao assumido no momento da concessão do crédito. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída numa percentagem mínima de 2%, com base em informação histórica de incumprimento. (Nota 14)

Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso de modelos matemáticos. Os dados a inserir nestes modelos são calculados com base na informação disponível no mercado, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida a ponderações para determinar o justo valor. As alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras. No entanto, quando o justo valor não pode ser razoavelmente determinado com base nas técnicas de avaliação, o instrumento financeiro é mensurado ao custo.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Banco sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

As Autoridades Fiscais dispõem da faculdade de rever a posição fiscal do Banco durante um período de cinco (5) anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPS (Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), IRPC (Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), Imposto do Selo e IVA.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito material nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos activos

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos. É necessário julgamento para ser determinado o montante de impostos diferido activo a ser reconhecido, com base no prazo provável e níveis de lucro tributável futuro, em conjugação com uma estratégia de planeamento fiscal. Os prejuízos fiscais podem ser utilizados por um período de cinco anos (Nota 8.1)

1.3 Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas abaixo como segue:

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, sendo a moeda funcional do Banco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa



de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2015	2014
Dólar Norte-Americano	45,90	31,60
Euro	50,04	38,40
Rand Sul Africano	2,94	2,73

b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidos na data de transacção, ou seja, a data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o Banco se torna parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o Banco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

iii) Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são aqueles activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para a venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos.

iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos



São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo. Resultam quando o Banco concede crédito, bens ou serviços, directamente ao devedor, com nenhuma intenção de negociar o recebimento.

Após a mensuração inicial, empréstimos e contas a receber são mensurados pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efectiva, menos provisão para perdas por imparidade. Custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é incluída em "Juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados. As perdas decorrentes de imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

v) **Activos financeiros detidos até à maturidade**

Activos financeiros detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade. Após o reconhecimento inicial, os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método do juro efectivo, e são deduzidos de perdas de imparidade. Custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer prémio ou desconto na aquisição e taxas que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em "juros e rendimentos similares" na demonstração de resultados.

Se o Banco vender ou reclassificar uma parte maior que insignificante de um investimento detido até à maturidade antes da sua maturidade (que não em circunstâncias específicas), toda a categoria é reclassificada para disponíveis para venda. Quando tais circunstâncias se verificarem, o Banco não deverá classificar investimentos detidos até à maturidade durante os dois anos seguintes.

vi) **Passivos financeiros**

Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são reconhecidas pelo custo amortizado utilizando a o método da taxa de juro efectiva.

vii) **Ganhos ou perdas do primeiro dia**

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluam apenas informação observada no mercado, o Banco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (um rendimento ou gasto do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os 'inputs' se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

b) **Justo valor de instrumentos financeiros**

O Banco procede à mensuração dos instrumentos financeiros ao justo valor à data de balanço. Adicionalmente procede à mensuração do justo valor dos instrumentos valorizados ao custo amortizado. O justo valor assume que o activo ou passivo é transaccionado entre participantes no mercado numa transacção ordenada de venda do activo ou de transferência do passivo à data de mensuração nas condições vigentes de mercado. Uma mensuração pelo justo valor assume que a transacção de venda do activo ou de transferência do passivo se realiza:



- No mercado principal desse activo ou passivo; ou
- Não existindo um mercado principal, no mercado mais vantajoso para esse activo ou passivo. O Mercado principal ou mais vantajoso tem de estar acessível ao Banco.

O Justo valor do activo ou do passivo é mensurado através do pressuposto que os participantes de mercado utilizaram para efectuarem a transacção, assumindo que os participantes agem no seu melhor interesse económico.

A mensuração pelo justo valor de um activo não-financeiro toma em conta a capacidade que um participante tem no mercado para gerar benefícios económicos utilizando o activo no seu pleno e melhor uso ou vendendo-o a outro participante no mercado que o irá utilizar no seu pleno ou melhor uso.

O Banco utiliza técnicas de valorização consideradas as mais apropriadas de acordo com as circunstâncias e para os quais existam dados suficientes para mensurar o justo valor, maximizando a utilização da informação relevante disponível com base nas variáveis observáveis e minimizando a utilização das variáveis não observáveis.

Todos os activos e passivos cujo justo valor seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras encontra-se reconhecido de acordo com a hierarquia do justo valor, abaixo descrita, baseada no mais baixo nível de *inputs* para a mensuração do justo valor:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) dos activos ou passivos em mercados activos a que a entidade tem acesso à data da mensuração
- Nível 2 — Justo valor determinado com base em *inputs* de mercado não incluídos no Nível 1, mas que sejam observáveis em mercado para activo ou passivo, quer directamente ou indirectamente.
- Nível 3 — Justo valor dos activos e passivos é determinado com base em *inputs* que não são baseados em informação observável em mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos recorrentemente nas demonstrações financeiras, o Banco determina se as transferências ocorreram entre níveis da hierarquia pela reavaliação da categorização (baseado no mais baixo nível de *input* para a mensuração do justo valor). no final de cada período de reporte.

c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Expira o direito contractual a receber fluxos de caixa; e
- O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

A anulação do reconhecimento dos passivos financeiros é efectuada quando:

- A obrigação sob a responsabilidade financeira deixar de existir.
- Um passivo financeiro for substituído, para o mesmo detentor, por outro com condições substancialmente diferentes, tal alteração ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo inicial e o reconhecimento de outro passivo, sendo a diferença no correspondente valor contabilístico reconhecida em resultados.



d) Imparidade de activos financeiros

O Banco avalia, à cada data de balanço se há qualquer prova objectiva de que um activo financeiro ou uma carteira de activos financeiros esteja em imparidade. Após o reconhecimento inicial, um activo financeiro, ou uma carteira de activos financeiros, poderão ser considerados em imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros. A evidência de imparidade pode incluir diversos indicadores, tais como a exposição de cada cliente ao crédito vencido, evidência de dificuldades financeiras por parte do cliente e da sua capacidade de fazer face a obrigações futuras, e o património do cliente encontrar-se em situação de liquidação ou falência.

i) Activos financeiros disponíveis para venda

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está com imparidade, a perda cumulativa que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio é removida do capital próprio e reconhecida nos lucros ou prejuízos ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido.

ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes

Para os empréstimos e adiantamentos a clientes que se encontram valorizados ao custo amortizado, o Banco avalia individualmente as provas objectivas de imparidade para activos financeiros que sejam individualmente significativos, e individual ou colectivamente para activos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se o Banco determinar que não existe prova de objectiva de imparidade de um activo financeiro avaliado individualmente, quer este seja significativo ou não, o Banco inclui este activo numa carteira de activos financeiros com características semelhantes ao risco de crédito, e avalia-os colectivamente quanto à imparidade.

Se existir provas objectivas de perdas por imparidade em empréstimos e adiantamentos a clientes, ou em investimentos detidos até à maturidade, que sejam mensuráveis pelo custo amortizado, as perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas na demonstração de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no Balanço Líquido das perdas de imparidade.

Os valores presentes dos fluxos de caixa futuros estimados são descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento financeiro. Se um empréstimo tem uma taxa de juro variável, a taxa de desconto para medir qualquer perda é a actual taxa de juro efectiva. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos da obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Para a finalidade de uma avaliação colectiva da imparidade, activos financeiros são agrupados de acordo com as características de risco de crédito semelhantes que são indicativas da capacidade do devedor para pagar as quantias devidas de acordo com os termos contratuais. O Banco toma em consideração a qualidade do crédito que é dada pelo rácio entre o crédito vencido e a carteira total.

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas tendo em consideração a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, conhecimento da envolvente económica e da sua influência sobre o nível de perdas históricas e o período estimado entre a ocorrência e a sua identificação. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos



de caixa futuros são revistos regularmente para reduzir as diferenças entre as estimativas e o nível actual de perdas.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Para os activos detidos até à maturidade, o Banco avalia individualmente se existe evidência de perdas por imparidade. Se existe prova objectiva que essa perda tenha ocorrido, o valor é mensurado como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados. A quantia escriturada do activo é reduzida e o valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados.

Se, no ano subsequente, o montante da perda estimada diminuir, devido a um qualquer evento após a perda por imparidade ter sido reconhecida, os valores são revertidos e creditados na demonstração de resultados.

iv) Empréstimos renegociados

Sempre que possível, o Banco procura renegociar os empréstimos em vez de exercer a opção sobre o colateral. Isto significa que pode existir um alargamento no prazo de liquidação do empréstimo. Uma vez renegociado o empréstimo, o mesmo não é considerado vencido. A Administração do Banco está a rever continuamente a questão da renegociação dos empréstimos, a fim de evitar que os mesmos sejam considerados vencidos. Os empréstimos continuam a ser alvo de avaliação individual ou colectiva de perdas por imparidade sendo calculados de acordo com a taxa de juro efectiva original.

iv) Avaliação dos colaterais

O Banco procura utilizar colaterais, sempre que possível, para mitigar o risco nas demonstrações financeiras. Os colaterais apresentam-se de diversas formas, tais como depósitos à ordem, carteiras de títulos, cartas de crédito/garantias, hipotecas, recebimentos, inventários, outros activos não financeiros e avales. O justo valor do colateral é determinado, no mínimo, no início e a cada data de balanço, no entanto, algumas garantias, por exemplo, depósitos à ordem ou títulos relativos aos requisitos de margem, são avaliados diariamente.

Na medida do possível, o Banco utiliza dados activos do mercado para avaliar os activos financeiros, detidos como garantias. Outros activos financeiros que não têm um valor de mercado activo são avaliados por via de modelos de avaliação. Garantias não financeiras, como hipotecas, são avaliadas com base em dados fornecidos por terceiros, tais como correctores de hipotecas, os índices de preços da habitação, as demonstrações financeiras auditadas, e outras fontes independentes.

v) Colaterais readquiridos

A política do Banco é determinar se é preferível proceder à utilização interna de um activo readquirido ou se este deve ser alienado.

Os activos cuja decisão seja a utilização interna são transferidos para a respectiva categoria de activo ao menor valor entre o valor líquido contabilístico e o valor original. Os activos cuja decisão seja a alienação são transferidos para activos não correntes detidos para venda e mensurados ao justo valor menos os custos de venda à data da reintegração, de acordo com a política do Banco.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reconhecido no balanço, se apenas existir um direito jurídico vinculativo que obrigue as entidades a reconhecer os valores e se existe intenção de compensar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar o passivo em simultâneo.

f) Garantias financeiras

No decorrer da sua actividade corrente, o Banco concede por vezes garantias financeiras, tais como Cartas de crédito, garantias e avals. As garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras (em 'Outros passivos') ao justo valor, sendo o prémio recebido. Actualmente o Banco não tem garantias financeiras na forma de cartas de crédito concedidas a terceiros.

Em termos de mensuração subsequente, a responsabilidade do Banco relativa a cada garantia é mensurada ao valor mais alto entre o montante inicialmente reconhecido menos amortizações acumuladas reconhecidas na demonstração de resultados e a melhor estimativa da despesa necessária para regularizar qualquer obrigação que possa decorrer em resultado da garantia.

Qualquer aumento no valor do passivo relativo à garantia financeira é reconhecido na demonstração de resultados em Gastos com perdas em créditos. O prémio recebido é reconhecido na demonstração de resultados em 'Rendimento líquido de taxas e comissões' numa base da vida útil da garantia.

g) Reconhecimento de rédito e gastos

O rédito é reconhecido quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Banco, e esses benefícios possam ser fiavelmente mensuráveis. O reconhecimento de rédito obedece os seguintes critérios por rubrica:

i) Juros, rendimentos e gastos similares

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e juros dos instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, o juro ou o gasto é registado com base na taxa de juro efectiva. A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias:



Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado no em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a emissão das Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Comissões cobradas pela prestação de serviços.

Resultam da prestação de serviços, sendo o seu reconhecimento efectuado quando o serviço está concluído.

iii) Rendimento líquido em operações financeiras

O rendimento líquido em operações financeiras inclui ganhos e perdas das transacções em moeda estrangeira e operações conversão dos itens monetários denominados em moeda estrangeira.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com o Banco Central e com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado. Caixa e equivalentes de caixa excluem as reservas no Banco Central.

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis, com excepção dos imóveis que são mensurados pelo Modelo da revalorização, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Imóveis	20-50
Edifícios arrendados	4-6
Equipamentos	4 – 10

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em “outros rendimentos operacionais” ou “outros gastos operacionais” na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será

reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo, anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados. Contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização, até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização, com respeito a esse activo.

j) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo Banco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade.

As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o banco consegue demonstrar que a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade.

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

k) Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o Banco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo. e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

l) Impostos

i) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço.

ii) Impostos diferidos



Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável ou perda, e
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverterá no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estarão disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço.

Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

m) Contractos de locação

A determinação de se um acordo é ou contém operações de locação baseia-se na substância do acordo em relação à data de início e obriga a uma avaliação sobre se o cumprimento do acordo depende do uso dum bem ou bens específicos e se o acordo transmite o direito de usar o bem.

Locações operacionais – Banco como locatário

As rendas pagas são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base sistemática ao longo da vida do contrato de locação.

Quando um contrato de locação é terminado antes do período de locação, qualquer pagamento efectuado ao locador a título de indemnização é reconhecido como gasto no período a que respeita.

n) Dividendos sobre acções ordinárias

Os dividendos sobre acções ordinárias são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos accionistas do Banco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do Banco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

o) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do Banco são descritas abaixo. O Banco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

NIRF 16 Locações

O IASB emitiu a NIRF 16 Locações que requer que a maior parte das locações sejam reconhecidas em balanço. Os locatários terão um único modelo de contabilização para todas as locações, com determinadas excepções. A contabilização pelos locadores vai ser substancialmente inalterada. A norma contém requisitos de divulgação adicionais para os contratos de locação celebrados. Esta nova norma tornar-se-á efectiva em 1 de Janeiro de 2019, com a adopção antecipada muito limitada. O impacto da adopção desta norma nas demonstrações financeiras do Banco ainda se encontra em análise.

NIRF 9 Instrumentos financeiros

Em Julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da NIRF 9 Instrumentos Financeiros que reflecte todas as fases do projecto dos instrumentos financeiros e substitui a NIC 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da NIRF 9. A NIRF 9 apresenta em conjunto os três aspectos do projecto de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura. A NIRF 9 é efectiva para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018, sendo permitida a adopção antecipada. Excepto para a contabilidade de cobertura, a aplicação retrospectiva é obrigatória mas a divulgação comparativa não é obrigatória. Para a contabilidade de cobertura, os requerimentos são geralmente aplicados prospectivamente, com algumas limitações. O Banco pretende adoptar a nova norma na data efectiva da aplicação.



(a) Classificação e mensuração

O Banco não espera um impacto significativo decorrido da aplicação da classificação e mensuração dos requisitos da NIRF 9. É expectável que se continue a mensurar ao justo valor os instrumentos que actualmente são mensurados ao justo valor. As participações financeiras que actualmente estão classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, cujos ganhos e perdas são reconhecidos na reserva de justo valor serão mensuradas ao justo valor através dos resultados, o que aumentará a volatilidade em resultados. As reservas de justo valor serão transferidas para resultados transitados. Os instrumentos de dívida deverão ser mensurados ao justo valor, de acordo com a NIRF 9, uma vez que é expectável que o Banco não só receba rendas mas também proceda à alienação dos títulos frequentemente.

As participações financeiras em entidades não cotadas serão detidas para ser mantidas num futuro imediato. O Banco pretenderá adoptar a opção de classificação de justo valor com variações em reservas de justo valor, e, conseqüentemente, não são expectáveis grandes impactos na adopção

Os empréstimos e contas a receber são detidas com o objectivo de obter fluxos de caixa contratuais e espera-se dar origem a fluxos de caixa que representam exclusivamente pagamentos de juros e capital. Assim, o Banco espera que estes continuem a ser mensurados através custo amortizado de acordo com a NIRF 9. No entanto, o Banco vai analisar as características de fluxo de caixa contratuais desses instrumentos de forma mais detalhada antes de concluir se todos os instrumentos satisfazem os critérios para a avaliação dos custos amortizados de acordo com a NIRF 9.

(b) Imparidade

A NIRF 9 requer que o Banco registre perdas expectáveis em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber numa base de 12 meses, ou ao longo da sua materialidade. O Banco espera aplicar a abordagem simplificada e reconhecer as perdas esperadas ao longo da vida para todos os empréstimos e contas a receber. O Banco espera um impacto significativo sobre o seu capital próprio, devido à natureza não colateralizada dos seus empréstimos e contas a receber, mas vai necessitar de realizar uma análise mais detalhada que considera toda a informação razoável e suportável, incluindo prospectivas elementos para determinar a extensão do impacto.

NIRF 15 Réditos de contratos com clientes

A NIRF 15 foi emitida em Maio de 2014 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar o rédito provenientes de contratos com clientes. Segundo o NIRF 15, o rédito é reconhecido por um montante que reflecte a consideração a que uma entidade espera ter o direito, em troca de transferência de bens ou serviços a um cliente. O novo padrão de rédito substituirá todos os requisitos de reconhecimento de rédito correntes em NIRF. Ou uma aplicação retrospectiva completa ou uma aplicação retrospectiva alterado será necessário para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida. O Banco não espera que esta norma tenha um impacto significativo.

Alterações à NIRF 11 Acordos conjuntos – Contabilização de aquisições de interesses

As alterações à NIRF 11 exigem que a contabilização da aquisição de um interesse conjunto de um operador conjunto consista numa concentração de actividades empresariais, tendo por isso de aplicar as disposições da NIRF 3 para a contabilização de concentrações de actividades empresariais. Estas alterações também esclarecem que as participações anteriormente detidas não são mensuráveis sobre a aquisição de eventuais aumentos nas participações, enquanto o controlo conjunto é mantido. Adicionalmente, foi excluído do âmbito da NIRF 11 as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham o controlo conjunto, incluindo a entidade que relata, estejam sob controlo comum da



mesma parte sob controlo final. As alterações aplicam-se tanto na aquisição do interesse inicial em uma operação conjunta e na aquisição de quaisquer interesses adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIC 16 e NIC 38: Clarificação na aceitação dos métodos de depreciação e amortização

As alterações esclarecem o princípio da NIC 16 e NIC 38 que a produção reflecte um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir de operar um negócio (do qual o activo é parte), em vez de os benefícios económicos que são consumidos por meio do uso do activo. Como resultado, um método baseado na produção não pode ser usado para depreciar propriedades, fábricas e equipamentos e só pode ser utilizado em circunstâncias muito limitadas de amortizar activos intangíveis. As alterações entram em vigor para os períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto ao Banco dado que o Banco não tenha utilizado um método baseado na produção para depreciar os seus activos não correntes.

Alterações à NIC 27: Método de Equivalência Patrimonial nas demonstrações financeiras individuais

As alterações vão permitir que as entidades possam usar o método da equivalência patrimonial para reconhecer os investimentos em subsidiárias, “joint ventures” e associadas nas suas demonstrações financeiras individuais. As entidades que já aplicam as NIRF e que pretendam alterar para o método de equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras individuais terão de aplicar esse método retrospectivamente.

Para os que adoptem pela primeira vez o método da equivalência patrimonial nas suas demonstrações financeiras, terão apenas de aplicar este método a partir da data de transição para as NIRF. As alterações são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, a adopção antecipada é permitida. Estas alterações não apresentam qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco, uma vez que o Banco não detém investimentos em subsidiárias e associadas.

Alterações à NIRF 10 e NIC 28: Alienação ou entrada de activos entre um investidor e a sua associada ou joint venture

Estas alterações resolvem o conflito entre NIRF 10 e NIC 28 em lidar com a perda de controlo de uma subsidiária que é alienada ou cedida para uma associada ou joint venture. As alterações clarificam que o ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que constituem um negócio, tal como definido na NIRF 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, é reconhecida integralmente. Qualquer ganho ou perda resultante da alienação ou a entrada de activos que não constituem um negócio, no entanto, é reconhecido apenas na medida dos interesses dos investidores independentes na associada ou joint venture. Em Dezembro de 2015, o IASB adiou a data de vigência desta alteração indefinidamente enquanto aguarda o resultado do seu projecto de pesquisa sobre o método de equivalência patrimonial. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Melhorias anuais Ciclo 2012-2014

Estas melhorias são efectivas para os períodos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016, incluindo:

NIRF5 Activos Não-correntes Detidos Para Venda e Operações descontinuadas

Activos (ou grupo para alienação) são geralmente eliminados quer através de venda ou através de distribuição aos accionistas. A alteração à NIRF 5 esclarece que a mudança de um destes métodos de eliminação para o outro não deve ser considerada como um novo plano de eliminação, pelo contrário, é uma continuação do plano original. Assim, não há interrupção da aplicação dos requisitos da NIRF 5.



A alteração também esclarece que a mudança do método de eliminação não altera a data de classificação. A alteração é aplicada prospectivamente

NIRF 7 Divulgação de Instrumentos Financeiros

(i) Contratos de serviços

A alteração esclarece que um contrato de serviço que inclui uma taxa pode constituir envolvimento continuado num activo financeiro. A avaliação de que os contratos de manutenção constituem envolvimento contínuo deve ser feita retrospectivamente. No entanto, as divulgações exigidas não precisam ser fornecidos para qualquer período com início antes do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez as alterações.

(ii) Aplicabilidade das alterações à NIRF 7 às demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que os requisitos de divulgação de compensação não se aplicam às demonstrações financeiras intercalares, a menos que tais divulgações fornecem uma actualização significativa para a informação reportada no relatório anual mais recente. Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto significativo para o Banco.

NIC 19 – Benefícios aos empregados

Esta alteração esclarece que a existência de títulos corporativos de alta qualidade do mercado é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, ao invés do país onde a obrigação está localizada. Quando não existe um mercado activo para títulos corporativos de alta qualidade na moeda, as taxas de obrigações de dívida pública devem ser utilizadas. Esta alteração deverá ser aplicada prospectivamente. Estas alterações não deverão ter impactos significativos no Banco.

NIC 34 – Demonstrações financeiras intercalares

A alteração esclarece que as divulgações provisórias requeridas devem ser incorporadas quer nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporados por referência cruzada (por exemplo, no comentário gestão ou relatório de risco). A outra informação dentro do relatório financeiro intercalar deve estar disponível para utilizadores nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares de outra natureza financeira. Esta alteração deve ser aplicada retrospectivamente. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIC 1 – Iniciativas de divulgação financeira

As alterações à NIC 1 Apresentação de demonstrações financeiras clarifica que, em vez de alterações significativas, os requerimentos significativos da NIC 1 já existente. As alterações clarificam:

- Os requerimentos de materialidade da NIC 1;
- A rubrica específica na demonstração dos resultados, demonstração do rendimento integral e demonstração da posição financeira que deverá ser desagregada;
- Que entidades têm flexibilidade quanto à ordem em que eles apresentam as notas explicativas das demonstrações financeiras; e
- Que a parcela de resultados de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial devem ser apresentados de forma agregada como um único item de linha, e classificado entre os itens que serão ou não ser posteriormente reclassificados para



resultados. Além disso, as alterações deverão esclarecer os requisitos que se aplicam quando subtotais adicionais são apresentados na demonstração da posição financeira e a demonstração dos resultados ou demonstração do rendimento integral.

Estas alterações são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adoção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

Alterações à NIRF 10, NIRF 12 e IAS 28 – Entidades de investimento: aplicação do princípio de excepção na consolidação

Estas alterações abordam as questões que surgiram na aplicação da excepção entidades de investimento na NIRF 10. As alterações à NIRF 10 esclarecerem que a isenção de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas se aplica a uma entidade que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao justo valor. Além disso, as alterações à NIRF 10 esclarecerem que só uma subsidiária de uma entidade de investimento que não é uma entidade de investimento e que presta serviços de apoio à entidade de investimento é consolidada. Todas as outras subsidiárias de uma entidade de investimento são mensuradas ao valor justo. As alterações à NIC 28 permitem que o investidor, ao aplicar o método da equivalência patrimonial, mantenha a mensuração do justo valor aplicada pela entidade de investimento associada ou jointventure nos seus interesses em subsidiárias. Estas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente e são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2016, com a adopção antecipada permitida. Estas alterações não deverão ter qualquer impacto sobre o Banco.

p) Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Novas normas e alterações das normas e interpretações

O Banco procedeu à aplicação de determinadas normas e alterações primeira vez, que são efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2015. O Banco não adoptou antecipadamente qualquer outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida mas que ainda não é eficaz. A natureza e o impacto dessas alterações são apresentadas abaixo. Embora estas novas normas e alterações aplicadas pela primeira vez em 2015, as mesmas não apresentaram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco. A natureza e o impacto de cada nova norma ou alteração apresenta-se como segue:

Alterações à NIC 19 Plano de benefícios definidos: Contribuições dos empregados

A NIC 19 exige que uma entidade considere contribuições dos empregados ou terceiros na contabilização dos planos de benefícios definidos. Quando as contribuições são vinculadas ao serviço, devem ser atribuídas aos períodos de serviço como um benefício negativo. Estas alterações tornam mais claro que, se o montante das contribuições é independente do número de anos de serviço, uma entidade pode reconhecer essa contribuição tal como uma redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar a contribuições para os períodos de serviço. Esta alteração não é relevante para o Banco, uma que o banco não tem planos de benefício definido com contribuições de empregados ou terceiros

Melhorias do ciclo de 2010-2012

O Banco procedeu à adopção destas melhorias pela primeira vez nas suas demonstrações financeiras, incluindo:



NIRF 2 Pagamento com base em acções

Esta melhoria é aplicada prospectivamente e esclarece várias questões relativas às definições das condições de desempenho e serviços que são condições de aquisição. Os esclarecimentos são consistentes com a forma como o Banco identificou quaisquer condições de desempenho e serviços que tenham condições de aquisição em períodos anteriores. Além disso, o Banco não tinha concedido nenhum pagamento com base em acções durante o segundo semestre de 2014 e 2015. Assim, estas alterações não apresentaram qualquer impacto nas demonstrações financeiras ou políticas contabilísticas do Banco.

NIRF 8 Relato por segmentos

Estas alterações são aplicáveis retrospectivamente, e clarificam que:

- Uma entidade deve divulgar os julgamentos efectuados pela administração na aplicação dos critérios de agregação no parágrafo 12 da NIRF 8, incluindo uma breve descrição dos segmentos operacionais que foram agregados e as características económicas (por exemplo, vendas e margens brutas) utilizados para avaliar se os segmentos são semelhantes;
- A reconciliação dos activos do segmento ao total de activos só é obrigado a ser divulgadas se a reconciliação é reportada para o utilizador de decisões operacionais, similar à divulgação necessária para passivos do segmento. O Banco não aplicou os critérios de agregação em IFRS 8.12.

Esta norma não apresentou qualquer impacto visto que o Banco não apresenta segmentos operacionais.

NIC 16 – Activos tangíveis e NIC 38 – Activos intangíveis

Esta alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que, quer na NIC 16 e NIC 38, o activo possa ser reavaliado com base em dados observáveis por qualquer ajustando a quantia escriturada bruta do activo ao valor de mercado ou através da determinação do valor de mercado e ajustar a quantia bruta proporcionalmente de modo que a quantia escriturada resultante é igual ao valor de mercado. Além disso, a depreciação ou amortização acumulada é a diferença entre os valores brutos e contabilísticos do activo.

Esta alteração não teve qualquer impacto devido ao facto de que não foram reconhecidas quaisquer avaliações durante o exercício.

NIC 24- Divulgações de partes relacionadas

Esta alteração é aplicada retrospectivamente e esclarece que uma entidade de gestão (uma entidade que fornece os principais serviços de pessoal de gestão) é um é uma parte relacionada com as divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão é obrigada a divulgar os gastos incorridos para serviços de gestão.

Esta alteração não é relevante para o Banco, uma vez que não recebe quaisquer serviços de gestão de partes relacionadas.

Melhorias do ciclo de 2011-2013

NIRF 3 Concentrações de actividades empresariais

Estas alterações são aplicadas prospectivamente e clarifica algumas excepções da norma:



- Acordos conjuntos, e não apenas *joint ventures*, estão fora do âmbito da norma
- Esta excepção aplica-se apenas à contabilização das próprias demonstrações financeiras do acordo conjunto

NIRF 13 Justo valor

A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a excepção da carteira em NIRF 13 pode ser aplicado não só aos activos e passivos financeiros, mas também para outros contratos no âmbito da NIC 39. O Banco não aplica o princípio de excepção de carteira, de acordo com a NIRF 13.

NIC 40 – Propriedades de investimento

A descrição original de serviços dentro da NIC 40 diferencia entre propriedade de investimento e propriedade ocupada pelo dono (ou seja, imóveis, instalações e equipamentos). A alteração é aplicada prospectivamente e esclarece que a NIRF 3, e não a descrição de serviços auxiliares na NIC 40, é usada para determinar se a operação é a compra de um activo ou de uma concentração de actividades. Em períodos anteriores, o Banco atendeu à NIRF 3, e não a NIC 40, para determinar se uma aquisição é de um activo ou é uma aquisição de concentração de actividades empresariais. Assim, esta alteração não impactou a política contabilística do Banco.

Além disso, não ocorreram alterações nas estimativas, e sem erros identificados que podem ter impacto sobre a actualização dos valores comparativos.

2. Margem financeira

A margem financeira apresenta-se como segue:

	2015	2014
Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	53 403 480	4 932 187
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	2 645 603	4 268 444
Juros de outros rendimentos	1 880	1 180
	<u>56 050 963</u>	<u>9 201 811</u>
Juros e gastos similares		
Juros de recursos de clientes (Nota 20)	18 527 446	341 491
Juros de recursos de banco central e instituições de crédito	2 674 171	826 869
Juros de empréstimos obtidos de terceiros	2 405 572	5 520 467
	<u>23 607 189</u>	<u>6 688 827</u>
	32 443 774	2 512 984



3. Serviços e comissões líquidos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Rendimentos de serviços e comissões		
Por garantias prestadas	7 194 121	656 865
Outros rendimentos de serviços e comissões	7 697 188	1 191 233
Outros rendimentos de serviços e comissões	1 310 034	61 708
	16 201 343	1 909 806
Encargos com serviços e comissões		
Garantias e avales	9 126 077	-
Outros encargos com taxas e comissões	69 992	17 864
Por serviços e comissões bancárias	593 767	148 236
	9 789 836	166 100
	6 411 507	1 743 706

4. Operações financeiras líquidas

As operações financeiras líquidas apresentam-se como segue:

	2015	2014
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em operações cambiais	64 525 276	3 253 831
	64 525 276	3 253 831
Perdas em operações financeiras		
Perdas em operações cambiais	46 313 276	4 660 739
	46 313 276	4 660 739
Operações financeiras líquidas	18 212 000	(1 406 908)

5. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal apresentam-se como segue:

	2015	2014
Vencimentos e salários	74 052 340	30 994 088
Impostos	2 975 444	919 769
	77 027 784	31 913 857

6. Outros gastos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Honorários profissionais	19 918 474	19 642 944
Consumíveis	3 783 863	2 242 893
Rendas e alugueres	14 848 203	5 167 901
Água, energia e combustíveis	2 105 497	1 097 607
Despesas de deslocação e representação	8 529 049	3 315 187
Segurança	3 036 521	388 312
Perda em activos intangíveis	359 794	-
Impostos	593 977	43 248
Multas	305 831	109 674
Quotizações e donativos	1 618 735	43 200
Outros	10 742 785	9 696 265
	65 842 729	41 747 231

7. Outros rendimentos operacionais

Esta rubrica apresenta-se como segue:

	2015	2014
Outros ganhos		
Recuperação de crédito	-	-
Recuperação de crédito abatido	2 671 112	-
Donativos	922 560	-
Ganho em activos tangíveis (nota 18)	32 000	19 798 986
Outros	2 348 056	487 667
	5 973 728	20 286 653

8. Impostos sobre o rendimento

Os impostos correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Impostos correntes	-	-
Impostos diferidos	316 723	143 504
	316 723	143 504

8.1 A reconciliação da taxa efectiva de imposto para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

	2015		2014	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado/(prejuízo) antes de imposto		(102 314 499)		(65 310 218)
Imposto corrente utilizando a taxa de imposto	32,00%	(32 740 640)	32,00%	20 899 270
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	-1,99%	2 041 018	-11,33%	7 401 027
Rendimentos não tributáveis	0,10%	(101 351)	7,56%	(4 934 808)
Prejuízos fiscais a utilizar	-30,10%	30 800 973	-28,22%	18 433 051
Tributação	-	-	-	-

De acordo com a legislação fiscal, os prejuízos fiscais podem ser utilizados durante 5 anos. Os Prejuízos fiscais em referência a 31 de Dezembro de 2015, que podem ser utilizados no mencionado período decompõem-se como segue:

Data início	Data fim	Valor dos prejuízos fiscais	Valor a taxa imposto (32%)
2011	2016	43 803 281	14 017 050
2012	2017	45 246 489	14 478 876
2013	2018	70 629 930	22 601 578
2014	2019	57 603 283	18 433 051
2015	2020	96 253 041	30 800 973
		313 536 024	100 331 528

Os activos por impostos diferidos, no montante de 100.331.528 não foram objecto de reconhecimento, visto a Administração considerar não estarem reunidas as condições para o efeito.

8.2 Os movimentos nos impostos diferidos apresentam-se como segue:

	2013	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2014
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(5 906 450)	(6 545)	150 049	2 609 480	(9 614 143)	(12 767 609)
	(5 906 450)	(6 545)	150 049	2 609 480	(9 614 143)	(12 767 609)
			143 504		(7 004 663)	

	2014	Demonstração dos resultados		Capital próprio		2015
		Gastos	Rendimentos	Aumento	Diminuição	
Passivos por impostos diferidos						
Activos tangíveis	(12 767 609)	-	316 723	1 306 484	(1 306 484)	(12 450 886)
	(12 767 609)	-	316 723	1 306 484	(1 306 484)	(12 450 886)
			316 723		-	

9. Resultados por acção

Ganhos básicos e diluídos por acção

O cálculo dos ganhos básicos e diluídos por acção, em 31 de Dezembro de 2015, baseia-se no rendimento/ (prejuízo) atribuível aos accionistas ordinários no valor de 102.314.499 Meticais (2014: 65.310.218 Meticais) e no número médio ponderado de acções ordinárias emitidas até ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 de 43.489.112 acções (2014: 33.336.569), calculado como segue:

	2015	2014
Rendimento/(perda) atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias		
Resultado/(prejuízo) do exercício	(102 314 499)	(65 310 218)
Número médio ponderado de acções ordinárias	42 643 068	33 336 569
Ganhos/(Perdas) por acção		
Básicos	(2,40)	(1,96)
Diluídos	(2,40)	(1,96)

10. Caixa e disponibilidades em Banco Central

Caixa e disponibilidades no Banco Central apresentam-se como segue:

	2015	2014
<i>Numerário em cofre</i>		
Moeda nacional	14 977 361	80 503
	14 977 361	80 503
<i>Saldos com o Banco de Moçambique</i>		
Moeda nacional	51 083 436	39 349 835
Moeda estrangeira	21 198 960	-
	72 282 396	39 349 835
	87 259 757	39 430 338

Uma parte dos saldos detidos junto do Banco de Moçambique estão em conformidade com as exigências do Banco Central para cumprir reservas obrigatórias.

A regra aplicável em 31 de Dezembro de 2015, especificado pelo aviso do Banco Central, estabelece que as instituições financeiras têm de manter um saldo médio periódica de 10,5 % de todos os clientes e depósitos do Governo Moçambicano. A reserva de caixa mínimo exigido no 31 de Dezembro de 2015 ascende a 74.707.611 Meticais (2.840.440 Meticais em 2014).

Estes depósitos obrigatórios não são remunerados e não são considerados como elementos de caixa e seus equivalentes na demonstração do fluxo de caixa.

11. Disponibilidades sobre instituições de crédito

As disponibilidades sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2015	2014
Bancos nacionais		
Moeda nacional	988 910	4 349 549
Moeda estrangeira	492 826	6 149 033
	<u>1 481 736</u>	<u>10 498 582</u>
Bancos estrangeiros		
Moeda estrangeira	26 003 663	-
	<u>26 003 663</u>	<u>-</u>
	27 485 399	10 498 582

O saldo da rubrica Disponibilidades em instituições de crédito representa o somatório de saldos nas contas nostro do Banco junto de outros bancos. Trata-se de saldos de liquidez imediata.

12. Aplicações sobre instituições de crédito

As aplicações sobre instituições de crédito apresentam-se como segue:

	2015	2014
<u>Depósitos a prazo em instituições de crédito no país</u>		
Moeda nacional	189 021 381	20 383 030
	<u>189 021 381</u>	<u>20 383 030</u>
Moeda estrangeira	-	7 402 500
	<u>-</u>	<u>7 402 500</u>
	189 021 381	27 785 530

Os depósitos a prazo em 31 de Dezembro de 2015, decompõe-se da seguinte forma:

Banco	Montante	Data de vencimento	Taxa de juro
Banco Nacional e de Investimentos	50 000 000	04/01/2016	6,640%
Moza Banco	19 000 000	04/01/2016	6,640%
Banco Comercial e de Investimentos	50 000 000	04/01/2016	6,640%
Capital Bank	70 000 000	04/01/2016	6,640%
	189 000 000		

13. Activos financeiros disponíveis para venda

	2015	2014
SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique	2 682 287	1 532 287
	2 682 287	1 532 287

O saldo dos activos financeiros disponíveis para venda, respeita a participação do Banco no capital social da SIMO – Sociedade Interbancária de Moçambique, uma sociedade financeira de compensação de valores que está em curso de criação. O Banco detém 0.5% do capital social da SIMO.

O Banco a fim de manter uma participação de 0,5% do capital social, aumentou o capital em 1.150.000 Meticais..

Dado que não existe um mercado activo onde o justo valor possa ser mensurado com fiabilidade, este investimento financeiro foi mensurado ao custo. Adicionalmente, com base em toda informação relevante e disponível na data do Balanço, não há prova objectiva de que o activo financeiro esteja em imparidade e, por conseguinte, não foi reconhecido qualquer gasto por imparidade.

14. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e os adiantamentos a clientes apresentam-se como segue:

	2015	2014
<i>Credito e juros sem imparidade</i>		
Empréstimos	568 027 848	94 165 450
Descobertos bancarios	2 405 349	12 797
	570 433 197	94 178 247
<i>Credito e juros com imparidade</i>		
Empréstimos	8 370 721	5 385 707
	8 370 721	5 385 707
	578 803 918	99 563 954
Imparidade do crédito	(10 924 721)	(7 120 183)
	567 879 197	92 443 771

A análise pela concentração do risco por finalidade apresenta-se como segue:

	2015	2014
Empréstimo à Empresas	421 937 671	86 504 201
Empréstimo à particulares	114 878 484	6 960 246
Empréstimo à trabalhadores	41 987 763	6 099 507
	578 803 918	99 563 954

A maturidade dos empréstimos e contas a receber apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	255 798 519	2 484 879
De 3 meses a 1 ano	137 059 976	84 461 105
De 1 ano a 5 anos	156 303 445	8 025 781
Mais de 5 anos	29 641 978	4 592 189
	578 803 918	99 563 954

O movimento das perdas por imparidade durante o exercício apresenta-se como segue:

	2015		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	5 259 139	1 861 044	7 120 183
Imparidade do exercício	3 265 146	7 631 481	10 896 627
Reversão do exercício	(3 028 193)	(466 365)	(3 494 558)
Utilização	(3 597 531)	-	(3 597 531)
Saldo final	1 898 561	9 026 160	10 924 721

	2014		
	Individual	Colectiva	Total
Saldo de abertura	35 868 745	-	35 868 745
Imparidade do exercício	4 944 935	2 136 054	7 080 989
Reversão do exercício	(4 155 162)	(275 010)	(4 430 172)
Utilização	(31 399 379)	-	(31 399 379)
Saldo final	5 259 139	1 861 044	7 120 183

15. Activos financeiros detidos até a maturidade

Os activos financeiros detidos até a maturidade apresentam-se da seguinte forma:

	2015	2014
<i>Outros títulos de rendimento fixo</i>		
Bilhetes do Tesouro	40 177 998	-
	40 177 998	-

A 31 de Dezembro de 2015, a análise dos activos financeiros detidos até à maturidade por período de vencimento apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	30 177 998	-
De 3 meses a 1 ano	10 000 000	-
	40 177 998	-

Os movimentos de activos financeiros detidos até à maturidade durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresentam-se como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	-	-
Aquisições	40 177 998	-
Alienações/reembolsos	-	-
Saldo final	40 177 998	-

16. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	2015	2014
Adiantamentos aos trabalhadores	962 583	190 130
Cheques a cobrar	604 078	-
Acréscimos e diferimentos	1 256 762	229 453
Adiantamentos a fornecedores	1 515 034	-
Outros	1 355 159	888 400
	5 693 616	1 307 983

17. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Pagamentos por conta de IRPC	1 115 481	1 115 481
Retenção na fonte de IRPC	1 481 623	1 040 963
Pagamento especial por conta	346 129	300 120
	2 943 233	2 456 564

18. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Imóveis	Equipamentos	Obras em edifícios arrendados	Investimentos em curso	Total
Custo:					
A 1 de Janeiro de 2014	67 597 749	31 073 488	12 355 894	359 794	111 386 925
Aumentos	152 552	1 980 650	-	901 352	3 034 554
Reavaliação de imóveis	28 025 594	-	-	-	28 025 594
Alienações	(30 656 748)	(228 303)	-	-	(30 885 051)
Transferências	-	-	-	(152 552)	(152 552)
A 31 de Dezembro de 2014	65 119 147	32 825 835	12 355 894	1 108 594	111 409 470
Aumentos	1 774 643	34 619 522	-	17 814 809	54 208 974
Abate/Alienações	-	(527 760)	-	(359 794)	(887 554)
Transferências	-	-	-	(748 800)	(748 800)
A 31 de Dezembro de 2015	66 893 790	66 917 597	12 355 894	17 814 809	163 982 090
Depreciação e imparidade					
A 1 de Janeiro de 2014	6 094 273	22 148 163	9 867 941	-	38 110 377
Depreciação do exercício	764 218	2 935 950	1 543 239	-	5 243 407
Alienações	(2 641 807)	(228 303)	-	-	(2 870 110)
A 31 de Dezembro de 2014	4 216 684	24 855 810	11 411 180	-	40 483 674
Depreciação do exercício	1 468 570	4 233 322	914 110	-	6 616 002
Alienações	-	(527 760)	-	-	(527 760)
A 31 de Dezembro de 2015	5 685 254	28 561 372	12 325 290	-	46 571 916
Valor líquido contabilístico					
A 1 de Janeiro de 2014	61 503 476	8 925 325	2 487 953	359 794	73 276 548
A 31 de Dezembro de 2014	60 902 463	7 970 025	944 714	1 108 594	70 925 796
A 31 de Dezembro de 2015	61 208 536	38 356 225	30 604	17 814 809	117 410 174

O aumento reflectido em equipamentos refere-se essencialmente ao custo de aquisição de servidores e estabilizadores de energia.

Os investimentos em curso, representam o custo incorrido com as obras de reabilitação da nova agência na Avenida Julius Nyerere. A sua conclusão está prevista para Fevereiro de 2016. Em 2015 foi transferido cerca de 748.800 meticais relativos a despesas de software para a rubrica de activos intangíveis.

Nenhuma das propriedades do Banco se encontra sujeita a penhora e hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

O Banco adopta o modelo de reavaliação para todos os imóveis. Em referência a 31 de Dezembro de 2014 os imóveis do Banco foram objecto de uma reavaliação por uma entidade independente para determinar o seu justo valor. O justo valor foi determinado em 60.902.463 Meticais. Embora os imóveis não tenham sido reavaliados durante o exercício, a Administração acredita que o valor actual dos imóveis não é muito diferente do valor registado nas contas.

Se os activos tangíveis foram mensurados com base no custo histórico, o custo de aquisição e a depreciação acumulada apresentam-se como segue:

	2015	2014
Custo de aquisição	24 370 771	22 457 910
Depreciação acumulada	2 071 254	1 454 225
	22 299 517	21 003 685

19. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Licenças	Investimento em curso	Total
Custo:				
A 1 de Janeiro de 2014	39 674 461	-	1 684 808	41 359 269
Aumentos	5 488 943	-	-	5 488 943
Alienação/abate	-	-	(1 684 808)	(1 684 808)
A 31 de Dezembro de 2014	45 163 404	-	-	45 163 404
Aumentos	9 478 074	1 151 299	-	10 629 373
Transferencia (nota 18)	748 800	-	-	748 800
A 31 de Dezembro de 2015	55 390 278	1 151 299	-	56 541 577
Amortização e imparidade				
A 1 de Janeiro de 2014	20 407 502	-	-	20 407 502
Amortização do exercício	4 162 942	-	-	4 162 942
A 31 de Dezembro de 2014	24 570 444	-	-	24 570 444
Amortização do exercício	7 548 822	31 977	-	7 580 799
A 31 de Dezembro de 2015	32 119 266	31 977	-	32 151 243
Valor líquido contabilístico				
Custo:	19 266 959	-	-	20 951 767
Alienação/abate	20 592 960	-	-	20 592 960
Transferencia (nota 18)	23 271 012	1 119 322	-	24 390 334

Nenhum Software do Banco se encontra sujeita a penhora e hipoteca em referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014.

20. Depósitos e contas correntes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depósitos à ordem		
Moeda nacional	230 939 898	37 491 356
Moeda estrangeira	39 706 586	-
	270 646 484	37 491 356
Depósitos a prazo		
Moeda nacional	599 175 853	2 549 657
Moeda estrangeira	1 377 115	-
	600 552 968	2 549 657
	871 199 452	40 041 013

A maturidade dos depósitos e contas correntes apresenta-se como segue:

	2015	2014
Até 3 meses	270 685 903	37 530 775
De 3 meses a 1 ano	600 513 549	2 510 238
	871 199 452	40 041 013

21. Empréstimos

	2015	2014
Fare	12 167 033	24 124 006
Oiko	-	9 500 000
Ico - Instituto de Crédito	10 607 223	9 627 500
	22 774 256	43 251 506

Empréstimo - Fare

Este empréstimo resultada da reestruturação de três financiamentos concedidos em 18 de Outubro de 2009, 28 de Setembro de 2010 e 19 de Dezembro de 2010 no montante de 5.850.000 Meticais, 3.600.000 Meticais e 14.400.000 Meticais respectivamente. Este empréstimo apresenta uma maturidade de 2 anos contados de 1 de Março de 2015 a 5 de Fevereiro de 2016, vence juros à taxa fixa de 8%, e será reembolsado em 12 prestações mensais no valor de 1.987.500 meticais com início em Abril de 2015.

Empréstimo - Ico – Instituto de Crédito

Este financiamento foi concedido no montante de 1.000.000 de euros em 31 de Agosto de 2007, será desembolsado em 4 prestações iguais de 250.000 euros por ano, e vence juros a uma taxa de 5,5% ao ano.

22. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue:

Geocapital	-	7 158 472
Africinvest	-	7 406 048
Contas a pagar	(a)	13 540 783
Cheques a pagar	-	286 032
Acréscimo de gastos		5 895 238
Outros		119 516
		19 555 537
		30 491 999

(a)O saldo de contas a pagar, inclui o montante de 5.517.345 Meticais, a pagar à Exictos e 2.248.319 Meticais ao Banco Nacional de Investimentos.

23. Provisão para outros riscos e encargos

	2015	2014
Litígios	3 731 569	3 086 935
Outros riscos e encargos	177 934	1 491 949
	3 909 503	4 578 884

O movimento da provisão para outros riscos e encargos apresenta-se como segue:

	Litígios	Férias	Outros	Total	2014
Saldo inicial	3 086 925	177 934	1 314 015	4 578 874	2 934 539
Aumento	1 202 848	-	-	1 202 848	2 871 903
Utilização/reversão	(528 214)	-	(1 344 005)	(1 872 219)	(1 227 558)
Saldo final	3 761 559	177 934	(29 990)	3 909 503	4 578 884

Provisão para Litígios

A provisão para Litígios refere-se a várias acções de impugnação de rescisão de contrato de trabalho intentadas por ex-trabalhadores. Estas acções foram julgadas em Tribunal, e o resultado desfavorável ao banco. Espera-se que os pagamentos ocorram ao longo dos próximos meses.

Provisão para Férias

A provisão para férias, refere-se a férias não gozadas dos trabalhadores Ussene Valgy (62.544 Meticais) e Maria João Fernandes (90.097 Meticais).

Outras Provisões

As outras provisões referem-se ao montante a pagar a União Europeia referente a despesas elegíveis no âmbito do contrato nº FOOD/2008/156-443. O contrato prevê que todas as despesas ilegíveis deverão ser reembolsadas a União Europeia.

24. Capital social

O capital social do Banco apresenta a seguinte estrutura accionista:

2015	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	20 026 431	10	200 264 310	46,05%
Africinvest Financial Sector Limited	18 057 204	10	180 572 040	41,52%
Gildo Dos Santos Lucas	2 635 216	10	26 352 160	6,06%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 899 299	10	18 992 990	4,37%
Outros	870 962	10	8 709 620	2,00%
	43 489 112		434 891 120	100,00%

Em 2014, o capital social apresentava a seguinte composição:

2014	Número de acções	Valor nominal	Total do capital social	% capital social
Accionista				
Geocapital-Gestão de Participações S.A.	14 884 507	10	148 845 070	44,65%
Africinvest Financial Sector Limited	13 230 672	10	132 306 720	39,69%
Gildo Dos Santos Lucas	2 528 333	10	25 283 330	7,58%
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	1 822 195	10	18 221 950	5,47%
Outros	870 862	10	8 708 620	2,61%
	33 336 569		333 365 690	100,00%

A 31 de Dezembro de 2015, o capital social do Banco Mais encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Durante o ano, o capital social aumentou em 101.525.440 milhões de Meticais, através da emissão de 10.152.544 acções ordinárias, de 10 Meticais cada.

25. Reservas

25.1 Reserva de reavaliação

As reservas são compostas por:

	2015	2014
Reserva de reavaliação	27 782 416	28 455 453
Outras reservas	350 200	350 200
Reserva legal	-	-
	28 132 616	28 805 653

O movimento da reserva de reavaliação durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 apresenta-se como segue:

	2015	2014
Saldo inicial	28 455 453	13 570 545
Aumento (nota 18)	-	28 025 594
Imposto diferido (nota 8)	(673 037)	(7 004 663)
Diminuição (nota 18)	-	(6 136 023)
	27 782 416	28 455 453

25.2 Reserva legal

Nos termos da legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente uma reserva legal de pelo menos 15% dos seus lucros líquidos auditados, até que seja igual ao capital social. A reserva não pode ser

distribuída mas pode ser usada para cobrir prejuízos ou aumentar o capital. Não foi constituída nenhuma reserva em 2015 e 2014.

26. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2015	2014
Depreciações e amortizações (notas 18,19)	14 196 801	9 406 349
Imparidade do crédito (nota 14)	7 402 069	2 650 817
Ganhos na alienação de activos tangíveis (nota 7)	(32 000)	(21 483 794)
Perda no abate de activos intangíveis (nota 6)	359 794	1 684 808
Provisões para outros riscos e encargos (nota 23)	(669 381)	1 644 345
	21 257 283	(6 097 475)

27. Variações nos activos e passivos operacionais

	2015	2014
Variações de activos operacionais		
Empréstimos e adiantamentos à clientes (nota 14)	(479 239 964)	(38 868 390)
Outros activos (nota 16)	(4 385 633)	4 802 603
(Diminuições) em activos operacionais	(483 625 597)	(34 065 787)
Variações de passivos operacionais		
Depósitos e contas correntes (nota 20)	831 158 439	16 317 591
Outros passivos (nota 22)	(10 936 462)	(22 254 311)
	820 221 977	(5 936 720)
Variações líquidas em activos e passivos operacionais	336 596 380	(40 002 507)

28. Caixa e equivalentes de caixa no final do período

	2015	2014
Numerário em Cofre		
Moeda nacional	14 977 361	80 503
	<u>14 977 361</u>	<u>80 503</u>
Depósitos no Banco de Moçambique		
Moeda nacional	51 083 436	39 349 835
Moeda estrangeira	21 198 960	-
	<u>72 282 396</u>	<u>39 349 835</u>
Depósitos noutros bancos		
Depósitos à ordem sobre outras instituições de crédito	27 485 399	10 498 582
	<u>27 485 399</u>	<u>10 498 582</u>
Outros investimentos de curto-prazo altamente líquidos		
Aplicações em instituições de crédito	189 021 381	27 785 530
	<u>189 021 381</u>	<u>27 785 530</u>
Menos a reserva obrigatória no Banco de Moçambique	(74 707 611)	(2 840 440)
	<u>229 058 926</u>	<u>74 874 010</u>

29. Instrumentos financeiros

29.1 A classificação dos instrumentos financeiros é a seguinte:

2015	Activos financeiros disponíveis para	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	87 259 757	-	-	87 259 757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	27 485 399	-	-	27 485 399
Aplicações em instituições de crédito	-	189 021 381	-	-	189 021 381
Activos financeiros disponíveis para venda	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	567 879 197	-	-	567 879 197
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	-	40 177 998	-	40 177 998
Outros activos	-	2 317 742	-	1 860 840	4 178 582
Activos Tangíveis	-	-	-	117 410 174	117 410 174
Activos Intangíveis	-	-	-	24 390 334	24 390 334
Imposto a receber	-	-	-	2 943 233	2 943 233
Total de activos	2 682 287	873 963 476	40 177 998	146 604 580	1 063 428 341
Passivos					
		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Depósitos e contas correntes		871 199 452	-		871 199 452
Empréstimos		22 774 256	-		22 774 256
Outros passivos		13 660 299	5 895 238		19 555 537
Provisão para outros riscos e encargos		-	3 909 503		3 909 503
Passivo por imposto diferido		-	12 450 886		12 450 886
Total de passivos		907 634 007	22 255 627		929 889 634

2014	Activos financeiros disponíveis para	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros detidos até à	Activos não financeiros	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	39 430 338	-	-	39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	10 498 582	-	-	10 498 582
Aplicações em instituições de crédito	-	27 785 530	-	-	27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	1 532 287	-	-	-	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	92 443 771	-	-	92 443 771
Outros activos	-	1 078 530	-	229 453	1 307 983
Activos Tangíveis	-	-	-	70 925 796	70 925 796
Activos Intangíveis	-	-	-	20 592 960	20 592 960
Imposto a receber	-	-	-	2 456 564	2 456 564
Total de activos	1 532 287	171 236 751	-	94 204 773	266 973 811
Passivos					
		Empréstimos e contas a pagar	Passivos não financeiros		Total
Depósitos e contas correntes		40 041 013	-		40 041 013
Empréstimos		43 251 506	-		43 251 506
Outros passivos		24 636 335	5 855 664		30 491 999
Provisão para outros riscos e encargos		-	4 578 884		4 578 884
Passivo por imposto diferido		-	12 767 609		12 767 609
Total de passivos		107 928 854	23 202 157		131 131 011

29.2. Instrumentos Financeiros ao justo valor

Determinação da hierarquia de justo valor dos instrumentos financeiros

O Banco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.

Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito significativo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

o Banco utiliza o modelo de valor actual líquido, a fim de obter o valor de mercado dos Títulos do Governo em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas utilizadas para o factor de desconto são observáveis de mercado, utilizando-se as taxas de bilhetes de tesouro em função das maturidades a data.

O justo valor dos títulos cotados é baseado em cotações de preços na data da Posição Financeira. O Justo valor de instrumentos não cotados, os empréstimos de bancos e outros passivos financeiros, bem como outros passivos financeiros é estimado de acordo com os fluxos de caixa futuros, utilizando taxas actualmente disponíveis para a dívida em condições semelhantes, o risco de crédito e vencimentos remanescentes.

A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor.

31-Dez-2015	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	61.208.536	61.208.536
	-	-	61.208.536	61.208.536
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	87.259.756	-	87.259.756
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	26.509.787	-	26.509.787
Aplicações sobre instituições de crédito	-	181.561.700	-	181.561.700
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	38.751.854	-	38.751.854
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	550.471.129	-	550.471.129
	-	884.554.227	-	884.554.227
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	-	842.049.281	-	842.049.281
Empréstimos	-	22.732.945	-	22.732.945
	-	864.782.226	-	864.782.226

31-Dez-2014	Level 1	Level 2	Level 3	Total
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	-	-	60.902.463	60.902.463
	-	-	60.902.463	60.902.463
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	39.430.338	-	39.430.338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	-	10.158.701	-	10.158.701
Aplicações sobre instituições de crédito	-	26.886.003	-	26.886.003
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	89.811.439	-	89.811.439
	-	166.286.481	-	166.286.481
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	-	39.857.336	-	39.857.336
Empréstimos	-	43.274.131	-	43.274.131
	-	83.131.467	-	83.131.467

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do banco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras.

	31-Dez-2015		31-Dez-2014	
	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Activos não financeiros				
Activos tangíveis	61.208.536	61.208.536	60.902.463	60.902.463
	61.208.536	61.208.536	60.902.463	60.902.463
Activos financeiros				
Caixa e disponibilidades em Banco Central	87.259.756	87.259.756	39.430.338	39.430.338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27.485.399	26.509.787	10.498.582	10.158.701
Aplicações sobre instituições de crédito	189.021.381	181.561.700	27.785.530	26.886.003
Activos financeiros detidos até a maturidade	40.177.998	38.751.854	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	567.879.197	550.471.129	92.443.771	89.811.439
	911.823.731	884.554.227	170.158.221	166.286.481
Passivos financeiros				
Depósitos e contas correntes	871.199.452	842.049.281	40.041.013	39.857.336
Empréstimos	22.774.256	22.732.945	43.251.506	43.274.131
	893.973.708	864.782.226	83.292.519	83.131.467
	79.058.559	80.980.537	147.768.165	144.057.477

A gestão considera que o Caixa e disponibilidades no Banco Central e disponibilidades em Instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O Justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da sua transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- O justo valor dos imóveis foi obtida através da abordagem de custo de reposição, com base num preço por metro quadrado de 30 USD.



- O justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, obtidos através do método de fluxo de caixa descontado.
- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando entre 6,68% a 8,08%. Os passivos financeiros são descontados através da FPC a 9,75% (2014: 7,50%).

30. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

		Disponibilidades sobre instituições de	Aplicações sobre instituições de	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Depósitos e contas correntes	Empréstimos	Outros passivos
Accionistas								
Geocapital - Gestão de Participações	2015	-	-	-	-	118 673	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	7 158 472
Africaninvest Financial sector Limited	2015	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	7 406 048
Gildo dos Santos Lucas	2015	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	2015	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-
Outros accionistas	2015	-	-	1 910 103	-	111 903	-	-
	2014	-	-	500 000	-	345 732	-	-

As transacções com partes relacionadas apresentam-se como se segue:

		Outros activos	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Depósitos e contas correntes	Empréstimos	Outros passivos
Pessoal chave de Gestão						
Administração	2015	962 583	-	-	-	-
	2014	130 000	-	-	-	-

Benefícios ao pessoal-chave de Gestão

Durante o exercício de 2015, os vencimentos da Administração ascenderam a 31.699.329 Meticais (10.224.482 Meticais em 2014).

31. Contingências e compromissos

Contingências

	2015	2014
Garantias	680 375 626	35 767 845
Cartas de crédito	-	-
	680 375 626	35 767 845

Locações operacionais – banco como locatário

O Banco celebrou contractos de locação operacional relativos a agências e instalações onde funciona a sua sede social. Estas locações têm duração média de um a seis anos, com opção de renovar o contrato após o vencimento. Os valores dos contractos são ajustados anualmente para reflectir a inflação do mercado. As rendas mínimas a pagar de operações de locação operacional irrevogáveis eram as seguintes à data de 31 de Dezembro.

	2015	2014
Até 1 ano	13 361 894	-
Entre 1 a 5 anos	22 431 879	2 232 807
Mais de 5 anos	26 674 184	1 972 516
	62 467 957	4 205 323

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de 10 anos. Essa revisão pode resultar em diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal e culminar em eventuais correcções de natureza tributária. Contudo, a Administração do Banco espera ter cumprido todas as suas obrigações fiscais, não esperando assim ajustamentos materialmente relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

32. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração é responsável por uma eventual perda sofrida pelo Banco. Assumir riscos, de forma apropriada, é parte integrante do negócio e o sucesso depende do grau de optimização do balanceamento entre o risco e o benefício. Com o objectivo de apoiar o Conselho de Administração, foi criado o Comité de Risco a fim de gerir o risco para o Banco.

Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o Banco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do Banco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o Banco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros bancos e instituições não-financeiras. O risco de crédito pode surgir também devido à descida da notação de crédito do banco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminuam. O risco de crédito que o banco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O Banco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o Banco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

A exposição ao risco baseada no perfil de crédito do Banco é monitorizada e gerida diariamente através da detecção de limites e excessos. O Banco controla a concentração de risco de crédito que venham a surgir, por tipo de cliente em relação aos empréstimos e adiantamentos a clientes através de uma carteira equilibrada.

Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o Banco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada. Em termos das garantias financeiras e letras de crédito, o Banco encontra-se igualmente exposto ao risco de liquidez na extensão em que tais garantias forem utilizadas.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O Banco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

Exposição ao risco de crédito relativa a elementos do balanço:	2015	2014
Caixa e disponibilidades em Banco Central	87 259 757	39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27 485 399	10 498 582
Aplicações sobre instituições de crédito	189 021 381	27 785 530
Activos financeiros detidos até a maturidade	40 177 998	-
Activos financeiros disponíveis para venda	2 682 287	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	567 879 197	92 443 771
Outros activos	3 832 776	888 400
Total do activo na demonstração da posição financeira	918 338 795	172 578 908
Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais		
Garantias	680 375 626	35 767 845
Cartas de crédito	-	-
	680 375 626	35 767 845
Total da exposição ao risco de crédito	1 598 714 421	208 346 753

Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do Banco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

2015	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	87 259 757	-	-	87 259 757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27 485 399	-	-	27 485 399
Aplicações sobre instituições de crédito	189 021 381	-	-	189 021 381
Activos financeiros detidos até a maturidade	40 177 998	-	-	40 177 998
Activos financeiros disponíveis para venda	2 682 287	-	-	2 682 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	569 777 758	-	(1 898 561)	567 879 197
Outros activos	3 832 776	-	-	3 832 776
Total	920 237 356	-	(1 898 561)	918 338 795

2014	Nem vencido nem em imparidade	Vencido mas não em imparidade	Em imparidade	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	39 430 338	-	-	39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10 498 582	-	-	10 498 582
Aplicações sobre instituições de crédito	27 785 530	-	-	27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	1 532 287	-	-	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	97 702 910	-	(5 259 139)	92 443 771
Outros activos	888 400	-	-	888 400
Total	177 838 047	-	(5 259 139)	172 578 908

Análise da exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

	Exposição máxima ao risco de crédito	JUSTO VALOR DE GARANTIAS DE CRÉDITO						Garantias líquidas	Exposição líquida
		Depósitos	Títulos	Garantias bancárias	Hipotecas	Outras	Acordos de compensação de excesso de garantias		
31-Dez-2015									
Activos financeiros									
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27 485 399	-	-	-	-	-	-	27 485 399	
Aplicações sobre instituições de crédito	189 021 381	-	-	-	-	-	-	189 021 381	
	216 506 780	-	-	-	-	-	-	216 506 780	
Empréstimos e adiantamentos a clientes:									
Empréstimo à Empresas	415 041 039	30 050 000	-	175 000 000	66 200 000	-	-	271 250 000	
Empréstimo à particulares	111 690 150	2 027 000	-	31 000 000	-	-	-	33 027 000	
Empréstimo à trabalhadores	41 148 008	-	-	11 800 000	-	-	-	11 800 000	
	567 879 197	32 077 000	-	175 000 000	109 000 000	-	-	316 077 000	
31/dez/14									
Activos financeiros									
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10 498 582	-	-	-	-	-	-	10 498 582	
Aplicações sobre instituições de crédito	27 785 530	-	-	-	-	-	-	27 785 530	
	38 284 112	-	-	-	-	-	-	38 284 112	
Empréstimos e adiantamentos a clientes:									
Empréstimo à Empresas	85 317 862	-	-	7 633 902	-	-	-	7 633 902	
Empréstimo à particulares	1 375 435	-	-	2 133 000	-	-	-	2 133 000	
Empréstimo à trabalhadores	5 750 473	-	-	-	450 000	-	-	450 000	
	92 443 770	-	-	9 766 902	450 000	-	-	10 216 902	



Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidas são, como se segue:

- Para os títulos de crédito e nas transacções de recompra reversão, dinheiro ou títulos;
- Para empréstimos comerciais, encargos sobre imóveis, inventário e contas a receber;
- Para crédito de retalho, hipotecas sobre imóveis de habitação;

Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento, e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Activos renegociados incluem empréstimos que foram transferidos dos créditos em imparidade para o os créditos vigentes dentro dos últimos 12 meses depois de terem sido reestruturados e não poderão ser renegociados mais de uma vez no período de 12 meses.

Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpriu com o pagamento dos juros ou capital mas o Banco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao Banco como garantia. O Banco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O Banco regularmente avalia se existe uma evidência objectiva que o activo financeiro ou a carteira de activos financeiros valorizados ao custo amortizado está a incorrer em perdas por imparidade. Um activo financeiro ou carteira de activos financeiros está em imparidade e existem perdas por imparidade se, e apenas se, existe uma prova objectiva de imparidade como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial, após a data do primeiro registo no balanço e esse evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou da carteira de activos financeiros que possam ser fiavelmente estimada.

Os critérios que o Banco utiliza para determinar se existem provas objectivas de imparidade incluem:

- Dificuldades financeiras do cliente;
- Quebra no contrato, tais como incumprimento das responsabilidades exigidas;
- Existem fortes evidências que o cliente vai entrar em bancarrota ou vai sofrer uma forte reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras; ou
- Observação de dados evidenciando que existe uma diminuição considerável relativamente aos fluxos de caixa futuros estimados de um grupo de activos financeiros, desde o reconhecimento inicial desses activos, apesar desse decréscimo não ter sido ainda identificado individualmente na carteira, incluindo:
 - i. Alterações adversas no estado de pagamento dos mutuários na carteira;
 - ii. Condições económicas locais ou nacionais que se correlacionam com a depreciação da carteira de activos.



- iii. Depreciação do valor do colateral; e
- iv. Deteriorização da posição do mutuário.

A política de crédito do Banco define incumprimento por parte de um determinado cliente, quando ocorrerem os seguintes eventos:

- O Banco considera que é pouco provável que o mutuário pagará a sua obrigação de crédito, na íntegra, sem recurso a que o Banco tenha de exercer a opção sobre colateral;
- Se o mutuário entra em incumprimento com quaisquer condições do contrato, tais como alcançar determinadas condições financeiras.

O Banco avalia primeiro se a prova objectiva de imparidade existe individualmente, para activos financeiros que sejam individualmente significativos e individual ou colectivamente para activos financeiros que não são individualmente significativos. Todas exposições com indicação de crédito mal parado são avaliadas individualmente quanto a imparidade. Os activos avaliados individualmente quanto a imparidade e para os quais um gasto de imparidade é e continua a ser reconhecido não são incluídos na análise da imparidade colectiva.

Para empréstimos e adiantamentos e activos detidos até à maturidade, o valor da perda por imparidade é mensurado como sendo a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro colateralizado reflecte os fluxos de caixa que podem resultar da execução menos os custos de obtenção e da venda da garantia colateral, quer a execução seja ou não provável.

Avaliação individual de activos financeiros em imparidade

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar fluxos de caixa futuros são revistos periodicamente para reduzir as diferenças entre as estimativas e perdas reais.

Abates

O Banco reconhece, através de um encargo que reduz o resultado, uma imparidade para as perdas ocorridos inerentes à carteira de crédito. Depois de identificar um adiantamento como reduzido e sujeito a um desconto de imparidade, chega-se a uma fase em que se conclui não existir uma perspectiva realista da sua recuperação.

O abate irá existir, quando, a totalidade ou parte da dívida é considerada como incobrável. Não existe uma periodicidade no reconhecimento do mesmo, devendo ser efectuado quando se torna impossível recuperar parte ou totalidade da dívida.

Estes activos são abatidos apenas quando todos os procedimentos necessários tenham sido concluídos, bem como o montante das perdas ter sido determinado. As recuperações subsequentes de valores que foram abatidos são reconhecidas como dedução do gasto de imparidade de crédito na demonstração de resultados.



A análise dos empréstimos e adiantamento a clientes individualmente em imparidade apresenta-se como segue:

2015	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	421 937 671	(979 976)	(5 916 656)	415 041 039
Empréstimo à particulares	114 878 484	(918 585)	(2 269 749)	111 690 150
Empréstimo à trabalhadores	41 987 763	-	(839 755)	41 148 008
	578 803 918	(1 898 561)	(9 026 160)	567 879 197

2014	Valor contabilístico inicial	Imparidade individual	Imparidade Colectiva	Valor líquido contabilístico final
Empréstimo à Empresas	86 504 201	-	(1 186 339)	85 317 862
Empréstimo à particulares	6 960 246	(5 259 139)	(325 671)	1 375 436
Empréstimo à trabalhadores	6 099 507	-	(349 034)	5 750 473
	99 563 954	(5 259 139)	(1 861 044)	92 443 771

Concentração de Risco de Crédito

Existe concentração de risco de crédito quando um número de contrapartes que estejam ligadas a actividades semelhantes ou apresentem características económicas similares, em que uma mesma adversidade poderá por em causa a sua capacidade de cumprir as obrigações contratuais. A concentração de risco de crédito descrita abaixo não é proporcionalmente relacionada com a perda de crédito. Alguns segmentos da carteira do Banco têm e deverão ter taxas de crédito proporcionalmente maiores em relação à exposição do que outros.

A análise da concentração do risco de crédito por indústria apresenta-se como segue:

2015	Caixa e disponibilidade s em Banco Central	Disponibilidade s sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos até a maturidade	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Empresas privadas	-	-	-	-	-	415 041 039	-	415 041 039
Individual	-	-	-	-	-	152 838 158	-	152 838 158
Governamental	72 282 396	-	-	-	2 682 287	-	-	74 964 683
Financeiro	-	27 485 399	189 021 381	40 177 998	-	-	-	256 684 778
Outros	-	-	-	-	-	-	3 832 776	3 832 776
	72 282 396	27 485 399	189 021 381	40 177 998,00	2 682 287,00	567 879 197	3 832 776	903 361 434

2014	Caixa e disponibilidade em Banco Central	Disponibilidades sobre instituições de crédito	Aplicações sobre instituições de crédito	Activos financeiros detidos para negociação	Activos financeiros disponíveis para venda	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros activos	Total
Empresas privadas	-	-	-	-	-	86 504 201	-	86 504 201,00
Individual	-	-	-	-	-	13 059 753	-	13 059 753,00
Governamental	39 349 835	-	-	-	1 532 287	-	-	40 882 122
Financeiro	-	10 498 582	27 785 530	-	-	-	-	38 284 112
Outros	-	-	-	-	-	-	1 078 530	1 078 530,00
	39 349 835	10 498 582	27 785 530	-	1 532 287	99 563 954	1 078 530	179 808 718

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco do Banco ser incapaz de cumprir com as suas obrigações de pagamento, quando se vencem em circunstâncias normais e de pressão. A fim de mitigar este risco, a gestão tem procurado diversas fontes de financiamento, além de depositar um valor mínimo e monitorizar fluxos de caixa futuros numa base diária. Este processo inclui uma avaliação dos fluxos de caixa futuros esperados e da disponibilidade de alto grau de garantia que poderá ser utilizado para garantir um financiamento adicional, caso seja necessário.

O Banco mantém uma carteira de activos com alguma liquidez, assim como diversificada, que poderá ser facilmente liquidada numa interrupção não prevista de fluxos de caixa. O Banco detém reservas obrigatórias correspondentes a 8% do saldo médio dos depósitos de residentes, depósitos de não residentes e depósitos do Estado. A posição de liquidez é avaliada e gerida tendo em consideração uma variedade de cenários, dando a devida atenção a factores de tensão relacionados tanto para o mercado em geral assim como para com o Banco em particular. O mais importante é manter os limites dos rácios de liquidez entre os depósitos de clientes e passivos para com clientes. O rácio de liquidez consiste na ponderação dos valores em caixa, depósitos de custo prazo e investimentos altamente líquidos, com os depósitos de clientes e empréstimos obtidos com vencimento no mês seguinte.

Maturidades contratuais não descontadas dos activos e passivos

A tabela abaixo resume o perfil de maturidade dos activos e passivos financeiros do Banco em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 com base em fluxos de caixa contratuais não descontados.

2015	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	87 259 757	-	-	-	-	87 259 757
Disponib sobre instituições de crédito	27 485 399	-	-	-	-	27 485 399
Aplicações em instituições de crédito	-	189 021 381	-	-	-	189 021 381
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	244 873 798	137 059 976	156 303 445	29 641 978	567 879 197
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	30 177 998	10 000 000	-	-	40 177 998
Outros activos	-	3 832 776	-	-	-	3 832 776
Total de activos não descontados	114 745 156	470 588 240	147 059 976	156 303 445	29 641 978	918 338 795
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Depósitos e contas correntes	270 645 974	285 553 478	315 000 000	-	-	871 199 452
Empréstimos	-	-	12 167 033	10 607 223	-	22 774 256
Outro Passivos	-	13 548 844	-	-	-	13 548 844
Total passivos não descontados	270 645 974	299 102 322	327 167 033	10 607 223	-	907 522 552

2014	À ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Activos financeiros						
Caixa e disponib no Banco Central	39 430 338	-	-	-	-	39 430 338
Disponib sobre instituições de crédito	10 498 582	-	-	-	-	10 498 582
Aplicações em instituições de crédito	-	27 785 530	-	-	-	27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 532 287	-	-	-	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2 484 879	84 461 105	8 025 781	4 592 189	99 563 954
Outros activos	-	1 078 530	-	-	-	1 078 530
Total de activos não descontados	49 928 920	32 881 226	84 461 105	8 025 781	4 592 189	179 889 221
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito						
Depósitos e contas correntes	37 491 356	39 419	2 510 238	-	-	40 041 013
Empréstimos	-	-	31 225 003	12 026 503	-	43 251 506
Outro Passivos	-	24 636 335	-	-	-	24 636 335
Total passivos não descontados	37 491 356	24 675 754	33 735 241	12 026 503	-	107 928 854

Todos os valores relativos a 1 ano e mais de um ano são esperados que sejam recuperados ou liquidados passados mais de 12 meses após o período de relatório.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e as cotações. O capital de risco dos preços não se aplica ao Banco.

Risco de taxa de juro

Risco de taxa de juro decorre da possibilidade de alterações nas taxas de juro poderem afectar os futuros fluxos de caixa ou o justo valor dos instrumentos financeiros. O Banco monitoriza a sua exposição aos efeitos resultantes da flutuação das taxas de juro do mercado sobre o risco da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. As margens financeiras podem aumentar como resultado de tais flutuações mas também podem reduzir ou criar perdas em caso de ocorrer movimentos não previstos.

O Conselho de Administração estabelece limites sobre o grau de desajuste da taxa de juro, sendo a mesma controlada em uma base diária. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro compreendem saldos de disponibilidades e depósitos em outras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e recursos de outras instituições de crédito.

A tabela abaixo resume a exposição do Banco à taxa de juro a 31 de Dezembro de 2015. Os activos e passivos incluídos na tabela estão mensuradas pela quantia escriturada e categorizada pelo menor prazo entre a data contratada e a sua maturidade. O Banco não está sujeito ao risco de taxa de juros em relação aos itens extrapatrimoniais.

2015

<i>Activos financeiros</i>	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	87 259 757	87 259 757
Disponibilidades sobre instituições de crédito	27 485 399	-	-	-	-	27 485 399
Aplicações sobre instituições de crédito	-	189 021 381	-	-	-	189 021 381
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	30 177 998	10 000 000	-	-	40 177 998
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	244 873 798	137 059 976	185 945 423	-	567 879 197
Outros activos	-	-	-	-	5 693 616	5 693 616
Activos tangíveis	-	-	-	-	117 410 174	117 410 174
Activos intangíveis	-	-	-	-	24 390 334	24 390 334
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	2 943 233	2 943 233
Total dos activos não descontados	27 485 399	466 755 464	147 059 976	185 945 423	237 697 113	1 064 943 375
<i>Passivos financeiros</i>						
Depósitos e contas correntes	810 868 610	39 419	60 291 423	-	-	871 199 452
Empréstimos	-	-	16 519 256	6 255 000	-	22 774 256
Outro Passivos	-	-	-	-	19 555 537	19 555 537
Total dos passivos não descontados	810 868 610	39 419	76 810 679	6 255 000	19 555 537	913 529 245
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(783 383 211)	466 716 045	70 249 297	179 690 423	218 141 576	151 414 130

2014

<i>Activos financeiros</i>	A ordem	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Mais de 1 ano	Sem juros	Total
Caixa e disponibilidades em Banco Central	-	-	-	-	39 430 338	39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10 498 582	-	-	-	-	10 498 582
Aplicações sobre instituições de crédito	-	27 785 530	-	-	-	27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	-	1 532 287	-	-	-	1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	2 484 879	84 461 105	12 617 970	-	99 563 954
Outros activos	-	-	-	-	1 078 530	1 078 530
Activos tangíveis	-	-	-	-	70 925 796	70 925 796
Activos intangíveis	-	-	-	-	20 592 960	20 592 960
Activos por impostos correntes	-	-	-	-	2 456 564	2 456 564
Total dos activos não descontados	10 498 582	31 802 696	84 461 105	12 617 970	134 484 188	273 864 541
<i>Passivos financeiros</i>						
Depósitos e contas correntes	37 491 356	39 419	2 510 238	-	-	40 041 013
Empréstimos	-	-	31 225 003	12 026 503	-	43 251 506
Outro Passivos	-	-	-	-	30 491 999	30 491 999
Total dos passivos não descontados	37 491 356	39 419	33 735 241	12 026 503	30 491 999	113 784 518
Sensibilidade da taxa de juro na posição financeira	(26 992 774)	31 763 277	50 725 864	591 467	103 992 189	160 080 023

A sensibilidade na demonstração dos resultados e o impacto na alteração das taxas de juro, essencialmente a FPC, baseado nos activos e passivos financeiros cuja taxa de juro é variável a 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014 é a seguinte:

	<u>Aumento/Diminuição de pontos de base</u>	<u>Impacto nos resultados antes de imposto</u>
2015	+50 bp	(333.637)
	-50bp	333.637
2014	+50 bp	280.439
	-50bp	(280.439)

Risco cambial

O Banco toma em consideração a exposição a possíveis flutuações cambiais, nas suas posições financeiras e fluxos de caixa. A Administração fixa um nível limite de exposição por moeda, que é controlada diariamente pela tesouraria, com a supervisão de um gestor sénior.

O lucro antes do imposto em 31 de Dezembro de 2015 sofreria um aumento em cerca de 0,84 milhares Meticais (em 31 de Dezembro de 2014, o lucro antes do imposto sofreria uma redução em cerca de 1.164 milhares Meticais) se a taxa de câmbio flutua-se conforme ilustra a tabela abaixo (Flutuação corrente nas taxas de câmbio).

Os valores negativos na tabela reflectem uma redução potencial nos resultados ou nos capitais próprios, enquanto que os valores positivos reflectem um aumento líquido potencial no resultado e nos capitais próprios. Uma redução equivalente em cada uma das moedas abaixo contra o Metical teria um impacto inverso nos resultados.

31-Dez--2015

Moeda	Exposição líquida	Taxa de câmbio	Varição na taxa de	Impacto no resultado
US Dollar	(7 156 283)	45,9	45%	(70 554)
Euro	(2 270 176)	50,04	30%	(13 752)
ZAR	3 160 219	2,94	8%	82 685
				(84 306)

31-Dez--2014

Moeda	Exposição líquida	Taxa de câmbio	Varição na taxa de câmbio	Impacto no resultado
US Dollar	(2 182 699)	31,6	1,52	(104 991)
Euro	(16 083 095)	38,4	(3,03)	1 269 057
				1 164 066

A tabela abaixo resume a exposição do Banco ao risco cambial de moedas estrangeiras em 31 de Dezembro de 2015. Incluídos na tabela encontram-se também os instrumentos financeiros classificados por moeda:

2015	MZN	USD	EUR	ZAR	Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	63 346 104	20 998 800	200 160	2 535 574	87 080 638
Disponibilidades sobre instituições de crédito	988 909	12 253 278	13 606 807	636 405	27 485 399
Aplicações sobre instituições de crédito	189 021 381	-	-	-	189 021 381
Activos financeiros disponíveis para venda	2 682 287	-	-	-	2 682 287
Activos financeiros detidos até a maturidade	40 177 998	-	-	-	40 177 998
Empréstimos e adiantamentos a clientes	567 879 197	-	-	-	567 879 197
Outros activos	4 917 602	573 750	202 264	-	5 693 616
Activos tangíveis	117 410 174	-	-	-	117 410 174
Activos intangíveis	24 390 334	-	-	-	24 390 334
Activos por impostos correntes	2 943 233	-	-	-	2 943 233
	1 013 757 218	33 825 828	14 009 231	3 171 979	1 064 764 256
Passivos					
Depósitos e contas correntes	830 050 742	40 982 111	154 839	11 760	871 199 452
Empréstimos	12 167 033	-	10 607 223	-	22 774 256
Outros passivos	14 038 192	-	5 517 345	-	19 555 537
	856 255 967	40 982 111	16 279 407	11 760	913 529 245
Exposição líquida	157 501 251	(7 156 283)	(2 270 176)	3 160 219	151 235 011
2014					
	MZN	USD	EUR		Total
Activos					
Caixa e disponibilidades em Banco Central	39 430 338	-	-		39 430 338
Disponibilidades sobre instituições de crédito	4 349 549	4 979 321	1 169 712		10 498 582
Aplicações sobre instituições de crédito	20 383 030	7 402 500	-		27 785 530
Activos financeiros disponíveis para venda	1 532 287	-	-		1 532 287
Empréstimos e adiantamentos a clientes	92 443 771	-	-		92 443 771
Outros activos	1 307 983	-	-		1 307 983
Activos tangíveis	70 925 796	-	-		70 925 796
Activos intangíveis	20 592 960	-	-		20 592 960
Activos por impostos correntes	2 456 564	-	-		2 456 564
	253 422 278	12 381 821	1 169 712		266 973 811
Passivos					
Depósitos e contas correntes	40 041 013	-	-		40 041 013
Empréstimos	33 624 006	-	9 627 500		43 251 506
Outros passivos	8 302 172	14 564 520	7 625 307		30 491 999
	81 967 191	14 564 520	17 252 807		113 784 518
Exposição líquida	171 455 087	(2 182 699)	(16 083 095)		153 189 293

Risco Operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação do Banco, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. O Banco não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de um quadro de controlo e de vigilância e respondendo aos riscos potenciais, o Banco é capaz de gerir os riscos. Controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorando usando, entre outras medidas os rácios estabelecidas pelo Banco de Moçambique.

Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que o Banco:

- Cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- Mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- Apresente uma política de continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

O Banco cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito à adequação dos rácios de Capitais Próprios tal como a Solvabilidade e Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo de rácio de solvabilidade de 8%.

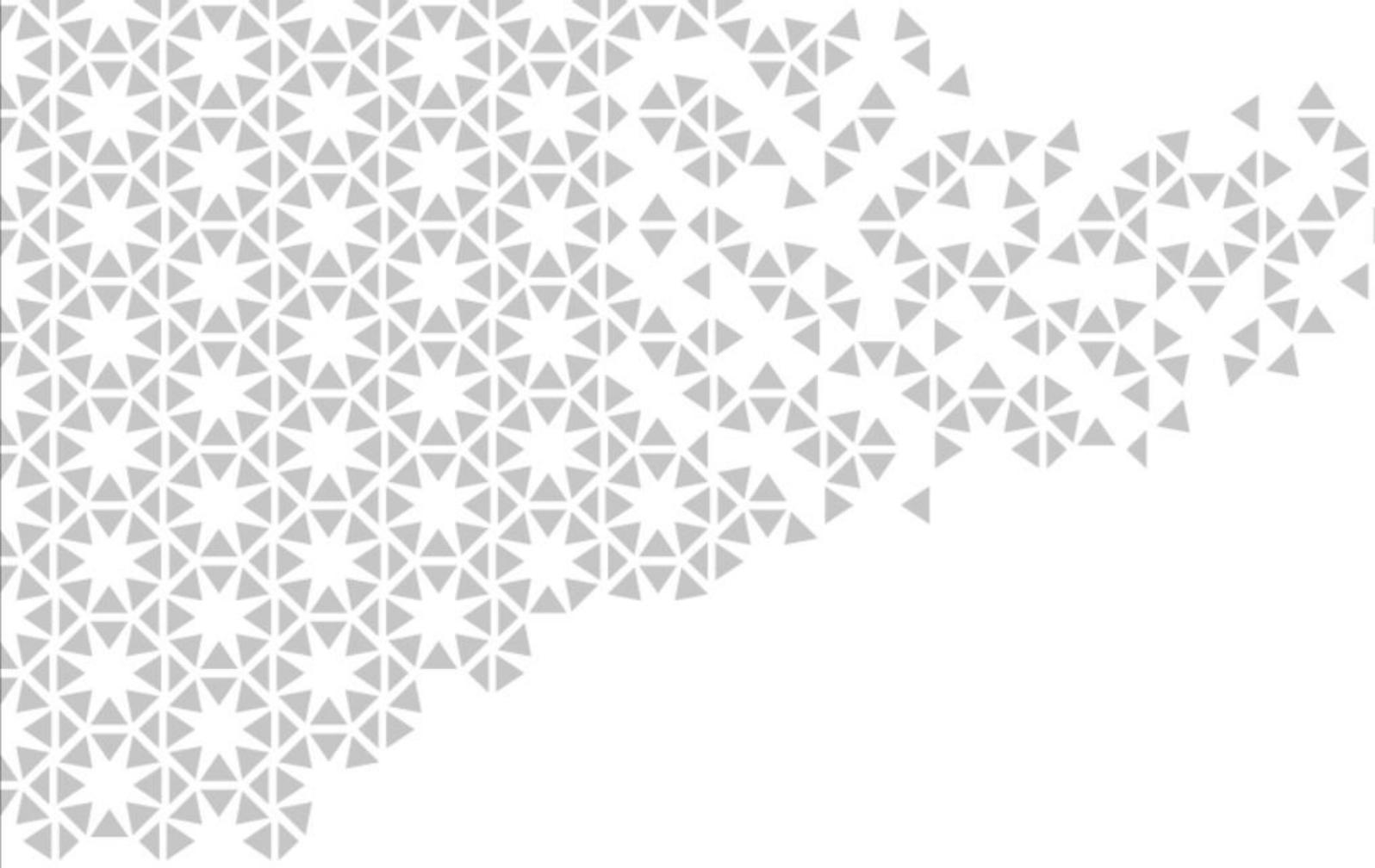
A tabela abaixo resume o cálculo do rácio de solvabilidade do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro, à luz das exigências do Banco de Moçambique.

	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Tier I		
Capital realizado e reservas	435 241	333 716
Resultados transitados	(225 656)	(161 025)
Resultado do exercício	(102 361)	(65 304)
Activos intangíveis	(24 390)	(20 593)
Tier II		
Complementares	19 387	19 326
Elementos a deduzir	(4 572)	(16 948)
Fundos próprios	97 649	89 172
De base (Tier I)	82 834	86 794
Complementares (Tier II)	14 815	2 378
Risco de crédito	594 813	102 244
Activos do balanço (on-balance-sheet)	549 755	84 360
Elementos extrapatrimoniais (off-balance-sheet)	45 058	17 884
Risco operacional	4 768	369
Risco de mercado	20 033	-
Total dos riscos	619 614	102 613
Rácio de solvabilidade	15,76%	86,90%
Tier I	13,37%	84,58%
Tier II	2,39%	2,32%

O principal objectivo da gestão de capital do Banco é assegurar a conformidade com os objectivos estratégicos em termos de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir as exigências mínimas de capital estabelecidos pelo Banco de Moçambique, o que reflecte um rácio mínimo de solvabilidade em relação aos riscos assumidos no decurso da sua actividade.

33. Acontecimentos após a data de balanço

Até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, não se verificam eventos favoráveis ou desfavoráveis para o Banco que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.



8. Parecer do Auditor Externo e do Fiscal Único



8. PARECER DO AUDITOR EXTERNO E DO FISCAL ÚNICO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

Banco Mais - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Banco Mais - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**, que compreendem a demonstração da posição financeira relativa a 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de activo de 1.065.217.097 Meticais e um total de capital próprio de 135.053.741 Meticais, incluindo um resultado líquido negativo de 102.314.499 Meticais), a demonstração dos resultados, a demonstração dos resultados integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Banco Mais - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2015, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Ênfase

Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de que, conforme divulgado na nota 1.2 das Notas às Demonstrações Financeiras, o Banco apresenta prejuízos acumulados no montante de 327.970.005 Meticais (incluindo o prejuízo do exercício no montante de 102.314.499 Meticais). Assim, a continuidade das operações, pressuposto assumido na preparação das demonstrações financeiras, encontra-se condicionado à obtenção de recursos financeiros da parte dos accionistas, bem como à realização de operações lucrativas no futuro.





Adicionalmente, chamamos a atenção para o facto de que a perda de mais de metade do capital social, coloca o Banco perante a situação prevista no artigo 119º do Código Comercial, tornando-se imperativo implementar medidas, a serem apresentadas na Assembleia Geral de accionistas para efeitos de aprovação de contas do exercício de 31 de Dezembro de 2015, que impeçam a aplicação das acções previstas no referido artigo.

Maputo, 21 de Abril de 2016





Caixa Postal 4318
Maputo
Moçambique

Deloitte & Touche
(Moçambique) Lda
Chartered Accountants and
Management Consultants
Av Zedequias Manganhelo 267
Edifício IAT IV 5º Andar
Tel: +258 21320955 / 21430594
Fax: +258 21429163
www.deloitte.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas do Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos

Na qualidade de Fiscal Único do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**, uma sociedade anónima de direito moçambicano, com o capital social de 434 891 130,00 MT (Quatrocentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e um mil cento e trinta meticais), matriculada junto da Conservatória de Registo das Entidades Legais, sob o número 100053209 (um, zero, zero, zero, cinco, três, dois, zero, nove), e titular do Número Único de Identificação Tributária (NUIT) 500001070, cumpre dar parecer sobre o balanço e contas da referida sociedade referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, bem como sobre o Relatório da Administração da Sociedade referente ao mesmo exercício, documentos estes que nos foram apresentados pela respetiva Administração.

Relatório

O Fiscal Único e signatário do presente parecer, acompanhou com regularidade e extensão considerada razoável para as circunstâncias a evolução do Banco e procedeu aos exames, apreciações, verificações da regularidade dos seus registos e observância das normas e regulamentos aplicáveis com base na informação prestada pelo Conselho de Administração, de natureza contabilística, financeira e de gestão do risco, bem como a informação fornecida pelos Auditores Externos, tendo, sempre que solicitado, merecida a colaboração do Conselho de Administração do Banco.

O Fiscal único efetuou reuniões com Administração e demais Direções do Banco de modo a acompanhar as respetivas actividades e avaliar a adequacidade e eficácia dos sistemas de controlo interno do Banco.

National Executive: *LI Ban Chief Executive *AE Swiegers Chief Operating Officer *GM Pincock Audit
*N Singh Risk Advisory *NB Kader Tai TP Policy Consulting S Gwelo BRAS *K Black Clients & Industries
*K Mazocco Talent & Transformation *MJ Jarvis Finance *M Jordan Strategy *MJ Comber Reputation & Risk
*J Brown Chairman of the Board

A full list of partners and directors is available on request.

* Partner and registered Auditor

Member of Deloitte Touche Tohmatsu Limited

Pag. 1 de 2



O Fiscal único examinou o Balanço do Banco e demonstração de resultados referentes ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2015, apresentam-se claros e satisfazem os requisitos legais, assim como contêm as menções obrigatórias, deles contando todos os elementos indispensáveis.

O activo total líquido do Banco e os seus fundos próprios foram calculados conforme as regras do Banco de Moçambique, totalizando respetivamente 1 065 217 097 meticais (um bilião, sessenta e cinco milhões, duzentos e dezassete mil e noventa e sete meticais) e 135 053 741 meticais (cento e trinta e cinco milhões, cinquenta e três mil, setecentos e quarenta e um meticais) o que representa um crescimento substancial dos Activos Líquidos e uma redução imaterial dos Fundos Próprios respectivamente.

Os resultados líquidos negativos do Banco atingiram 102 314 499 meticais (cento e dois milhões, trezentos e catorze mil quatrocentos e noventa e nove meticais)

O Fiscal Único apreciou, de igual modo, o Relatório dos Auditores Externos, Ernest & Young, Lda. relativo às demonstrações financeiras do **Banco Mais – Banco Moçambicano de Apoio ao Investimento, SA** referentes a 31 de Dezembro de 2015 cujo âmbito de auditoria e a opinião expressa mereceu a sua concordância.

Parecer

Face ao exposto acima, o Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras e o relatório de Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2015, estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e demais disposições legais, estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral dos Acionistas.

Maputo, 20 de Abril de 2016



(Assinado por Jacinto Delgado em nome da Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Na qualidade de Fiscal Único do **BANCO MAIS - Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos, SA**